

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula: reforma tributária para país ser grande 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A mentira do PIX - CRÔNICA DA CIDADE 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP do Pix e investida contra opositores 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma beneficia "Chevette 1989" no coração de Manaus 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto edita MP que veta taxaço do Pix e amplia sigilo de transação 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recuo no Pix expõe fragilidades da atuação do governo (Editorial) 11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DA BLUSINHA A O PIX - Bolsonaro ataca medidas de Haddad e da Receita para minar
Lula e expõe reação frágil 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vídeo viral fez parte de estratégia do marqueteiro do PL 15

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU prepara ação contra deputados por minar confiança no sistema 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo sistema precisa ter desenho fechado em 2025 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP proíbe taxaço do Pix e o equipara a dinheiro vivo 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

fintechs apoiaram norma da receita sobre PIX 23

REVISTA CARTA CAPITAL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A estabilização da economia 25

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

O que 2025 reserva para a economia chinesa 27

Sexta-Feira, 17 de Janeiro de 2025

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente critica "ingratidão" de governadores..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar volta a subir e Bolsa cai 1,15%..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula sanciona 1ª parte da reforma; alíquota pode ser a maior do mundo..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Calculadora do GLOBO mostra a mudança nos impostos..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após desgaste, governo deve apostar na Reforma do IR..... 38

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL planejou ação política usando a polêmica do PIX para desgastar governo Lula..... 39

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

O que são nanoempreendedores? Lei da reforma tributária cria nova categoria de
trabalhadores
..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após vetos de Lula, reforma tributária tem seu início de fato..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Davos vê maiores riscos no aquecimento global e fake news (Editorial)..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prévia do PIB varia 0,1%..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O problema da economia superaquecida (Editorial)..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Economias em desenvolvimento têm anos difíceis pela frente..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Crescimento do Brasil deve desacelerar para 2,2%..... 51

Lula: reforma tributária para país ser grande

VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a regulamentação da **reforma tributária**, com 15 blocos de vetos, abarcando 17 artigos do texto. Segundo o governo federal, os trechos foram barrados apenas por razões técnicas ou por conflitos com a Constituição, e que está mantida praticamente a íntegra da matéria avalizado pelo Congresso.

Lula assinou a medida em solenidade no Palácio do Planalto, que reuniu ministros, parlamentares e representantes do setor produtivo. A cerimônia destacou o esforço necessário para aprovar o texto e os benefícios para a economia brasileira no longo prazo.

Com as mudanças, a estimativa é que a alíquota total do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) fique em torno de 28%, inicialmente. Se confirmada, o país terá a maior alíquota de IVA do mundo, à frente da Hungria (27%), conforme ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"O Brasil finalmente decidiu ser grande, desenvolvido, competitivo, que pode sair da miséria de país em vias de desenvolvimento para se transformar num país grande", declarou Lula.

Ao dirigir-se ao presidente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a **reforma tributária** "é o maior legado, na economia, que o senhor vai entregar para a população brasileira".

Ele destacou que o país começará a mudar em 2027, quando a nova tributação terá início, de forma progressiva.

Haddad reconheceu, porém, que os benefícios para a população podem demorar alguns anos para serem sentidos e que "amanhã, a luta do dia a dia do povo continua".

"Tenho certeza de que os próximos ministros da Fazenda vão ter um trabalho muito mais facilitado após aprovada a **reforma tributária** do que eu ou os meus antecessores", brincou Haddad.

Por sua vez, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou o diálogo do Parlamento com empresários e a sociedade civil durante a discussão da matéria. O senador comentou que o texto simplifica a tributação "com um rigor nunca

antes visto".

Pacheco também classificou a reforma como "o último ato dessa longa jornada" como presidente do Senado, cargo que deixa no próximo mês.

O Projeto de Lei Complementar é composto por mais de 500 artigos e contém as principais regras para a nova tributação.

O objetivo principal é substituir Pis, Cofins, IOF-Seguros, IPI, ICMS e ISS por dois **impostos**: o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Cria ainda o Imposto Seletivo (IS), conhecido como o "imposto do pecado", que vai incidir sobre produtos que causem danos à saúde ou ao meio ambiente.

O texto inclui, ainda, dispositivos como o cashback para a população mais pobre, isenção para os itens da cesta básica, os regimes com alíquotas diferenciadas e a manutenção da Zona Franca de Manaus.

Alíquota e vetos Em coletiva de imprensa após o evento, o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, detalhou os vetos e a regulamentação da reforma. Segundo ele, o Executivo decidiu respeitar os itens aprovados pelo Congresso e que os vetos não alteram seu mérito -como havia adiantado Haddad.

Dessa forma, a alíquota somada do IBS e do CBS deve ficar inicialmente em torno de 28%, próximo ao valor previsto pelo texto aprovado no Parlamento.

O Executivo deve divulgar o cálculo completo na semana que vem. A proposta, porém, possui uma trava para manter a taxa em 26,5%.

Ou seja, caso a alíquota ultrapasse esse valor, o governo é obrigado a enviar um projeto ao Congresso para cortar benefícios fiscais.

Um dos trechos vetados isentava fundos de investimento de fundos patrimoniais da contribuição para o IBS e para o CBS.

No entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), a medida violava a Constituição ao conceder um benefício fiscal para fundos.

Também foram vetados trechos que isentavam do "imposto do pecado" a exportação de bens e serviços

prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, e o trecho que criava, no âmbito da Fazenda, a Escola de Administração Fazendária (Esaf).

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6879/17-01-2025.html?all=1>

A mentira do PIX - CRÔNICA DA CIDADE

Severino Francisco

Eu tomei um táxi para resolver um problema na Asa Norte e, em determinado momento, o motorista me interpelou se eu era jornalista. Respondi que sim e ele me perguntou sobre o PIX: "Afinal, será taxado ou não será taxado?" Disse a ele que era mentira propagada pelas redes sociais e que não levasse a sério mais essa, pois não merecia credibilidade.

Ele me disse que foi negociar um carro em Taguatinga e não se falava em outro assunto. E contra-argumentava com a alegação de que as pessoas acreditavam na versão falaciosa. Tentei replicar que a origem é semelhante à asnice de que as vacinas continham chips e provocaram a morte de tanta gente. O motorista concordou com a falta de veracidade, mas insistiu na crença das pessoas.

E estava certo. A medida pretendia combater a sonegação fiscal, mas sem aumentar os tributos. Antes, somente os bancos tradicionais forneciam essas informações. Com as novas normas, os bancos digitais e as operadoras de cartão de lojas passaram a ter obrigação de informar transações que ultrapassem R\$ 5 mil. A regra da sonegação seria a mesma para todas as modalidades de transações comerciais.

Só ficou com medo quem sonega ou utiliza o PIX para negócios nebulosos. Na quarta-feira, em face da avalanche de fake news sobre taxaço do PIX e da repercussão negativa, o governo resolveu rever a decisão. A mentira venceu a verdade e muitos ainda aplaudiram como se fosse somente uma derrota do governo.

Isso já ocorreu no Brexit, no negacionismo contra a vacina durante a pandemia, nas eleições de 2018, de 2022 e de 2024. As consequências das informações falsas são graves. Não surpreende que tenhamos parlamento tão despreparado, pois a maioria é votada com fundamento na mentira.

É um parlamento que ignora as mudanças climáticas, vota a favor de venenos proibidos na maioria dos países, solapa direitos, legisla em causa própria e em afronta à Constituição. Daí, os constantes embates com o STF. Tergiversar para se colocar a favor da mentira me parece um despautério.

O mundo piorou muito depois da emergência das redes sociais. Não porque elas sejam, intrinsecamente, maléficas, mas, sim, pela razão de não serem

reguladas. São uma selva selvagem, uma terra de ninguém, governada pelos algoritmos, a serviço dos interesses de meia-dúzia de bilionários que se consideram os donos do mundo. Esse episódio do PIX deveria despertar a atenção para a necessidade urgente de regular as redes sociais.

A ala dos parlamentares que se posiciona contra a regulamentação das redes sociais argumenta com uma indagação desafiadora: quem determinará o que é mentira e o que é verdade? Realmente, é um problema de difícil solução.

Quem definirá se vacina tem ou não tem chip? Quem vai assegurar que pedofilia é ou não é crime? Quem delibera se racismo é ou não é crime? Quem pode assegurar que tentativa de golpe de Estado é ou não é exercício de liberdade de expressão? Quem garante que a Terra é ou não é plana? Quem decide se a mentira deve ou não ser aplaudida? A mentira deve ou não vencer? O que significa a vitória da mentira?

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6879/17-01-2025.html?all=1>

MP do Pix e investida contra opositores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a entrega, ontem, da regulamentação da **reforma tributária** para criticar a onda de notícias falsas sobre o Pix, que provocou uma crise no governo.

Foi a primeira vez em que o chefe do Executivo se manifestou diretamente a respeito do tema, um dia após a **Receita Federal** revogar a normativa que aumentou a fiscalização sobre o sistema de pagamento instantâneo.

"Nós não temos que ter medo de enfrentar mentiras. Nós não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de políticos que, na verdade, tentaram dar um golpe no dia 8 de janeiro de 2023", discursou.

O chefe do Executivo continuou: "Nós não temos que ter medo de enfrentar as mentiras da fake news, e nós não temos que ter medo de fazer o debate, de fazer a disputa, a cada dia e a cada hora. Se a gente perde, o sistema democrático está correndo risco no mundo inteiro, a gente vai voltar à coisa que nós não queremos voltar. Ao nazismo, ao fascismo, à violência e ao desrespeito aos direitos humanos".

O governo foi alvo de uma onda de desinformação nas redes após a Receita aumentar o escopo de fiscalização do Pix, em medida que passou a valer em 1º de janeiro.

Vídeos falsos, replicados, inclusive, por parlamentares, afirmavam que o Executivo havia criado uma taxaçoão sobre o pagamento digital.

Em resposta, o governo publicou ontem uma medida provisória com garantia de que o Pix não será taxado e que o sistema de pagamento é protegido pelo sigilo bancário.

Além disso, o texto classifica como prática abusiva a cobrança por comerciantes de valores mais altos no Pix do que em dinheiro.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também saiu em defesa do governo federal - ele é cotado para assumir um ministério quando deixar o comando do Parlamento, em fevereiro.

"Enquanto alguns se ocupam de plantar desinformação, de plantar mentiras, ter a adesão ao discurso fácil de engajamento nas redes sociais, há muitas pessoas neste país trabalhando realmente para

que o país resolva seus problemas", rebateu o senador.

Reação tardia Depois do recuo do governo, aliados de Lula e a militância de esquerda começaram, com atraso, a se mobilizar no ambiente digital para rebater as mentiras sobre uma suposta taxaçoão do Pix.

Apoiadores do governo resgataram um vídeo de 2020, do então ministro da Economia, Paulo Guedes, dizendo que o Executivo federal estudava uma forma de taxar transações digitais. À época, Guedes falava sobre a possibilidade de retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

"A ideia de tributar não só consumo e renda, mas também transações, era uma ideia que nós consideramos desde o início, nunca foi a CPMF. (...) Você nem vai passar mais em banco, você vai pegar o seu celular, encontrar no do outro cara e transferir dinheiro de um para o outro. Então, como é que você vai tributar essa transação? Tem que ter imposto que tribute transação digital", disse o então ministro.

O vídeo foi gravado na mesma época em que o Pix foi lançado.

As falas foram compartilhadas pelo perfil oficial do PT e replicadas por deputados e senadores filiados à sigla. Outros perfis alinhados com o governo também tentaram viralizar o conteúdo, como foi o caso do deputado federal André Janones (Avante-MG), que atuou na linha de frente da militância nas redes sociais durante a campanha de Lula em 2022.

Janones publicou um vídeo dizendo que vai pedir a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) por crime contra a economia popular.

Nikolas foi um dos principais responsáveis por popularizar, nos últimos dias, a discussão sobre a fiscalização do Pix nas redes sociais.

O delay do governo e de seus aliados em responder às notícias falsas e neutralizá-las irritou o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Em uma publicação em seu perfil do X (antigo Twitter), Zeca disse estar com "paciência zero" em relação ao governo.

"Não me venham com "Bom dia", situação é péssima! Acordei tão nervoso que meu café foi diferente: joguei

o pó na boca e toquei água quente para dentro, paciência zero, em especial com nosso governo", disparou - a postagem, por sinal, foi retuitada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que ironizou: "A Amazônia está em chamas!".

Já o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) protocolou uma notícia- crime contra Nikolas Ferreira na Procuradoria-Geral da República (PGR). No documento, o parlamentar argumenta que o político mineiro "vem divulgando notícias sabidamente falsas e completamente distorcidas sobre a política tributária do governo federal em relação ao pagamento instantâneo brasileiro, o Pix, numa demonstração de flagrante má-fé e possível obtenção de vantagem ilícita".

O fiasco na comunicação do governo se deu justamente durante o período de transição no comando da Secretaria de Comunicação Social da Presidência.

Saiu Paulo Pimenta e entrou Sidônio Palmeira, marqueteiro da campanha de Lula.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6879/17-01-2025.html?all=1>

Reforma beneficia "Chevette 1989" no coração de Manaus

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Em dezembro de 2023, os irmãos Atem - Dibo, Miquéias e Nadson - entraram em um novo ramo de negócio: ofereceram quase R\$ 8 milhões por quatro blocos de exploração de petróleo em terra no Amazonas e também se tornaram sócios da empresa de energia Eneva em um quinto bloco. Este foi o mais recente movimento do trio, que já foi sócio da distribuidora de energia do Amazonas (a Amazonas Energia) e hoje está no centro de uma guerra no setor de combustíveis.

A Refinaria do Amazonas (Ream), que eles compraram da Petrobras em 2022, foi agraciada com um benefício fiscal inédito na **reforma tributária**, o que, para seus concorrentes, vai criar uma distorção que ampliará a presença dos irmãos para além da Região Norte.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o projeto de lei com as regras de funcionamento do sistema tributário após a reforma aprovada no Congresso. E preservou o artigo 441, que beneficia o grupo Atem, dos irmãos amazonenses.

Por meio dele, pela primeira vez desde 1967, uma refinaria de petróleo terá acesso aos benefícios tributários de indústrias da Zona Franca de Manaus. Nem a Petrobras, que era a dona da refinaria, conseguiu tal feito.

Petróleo, combustíveis e lubrificantes são vetados da lista de produtos aptos a receber o benefício da Zona Franca, que reduz e até zera a incidência de **impostos** sobre atividades desenvolvidas na região.

A Atem sustenta, contudo, que a atividade de refinar o petróleo para vendê-lo nunca esteve nessa lista de proibições. Pelo menos não até 2021, quando o governo Jair Bolsonaro fechou essa porta involuntariamente num episódio controverso.

MEIA VOLTA. Bolsonaro sancionou um projeto de lei e horas depois mandou publicar um novo Diário Oficial, retrocedendo e derrubando a trava ao refino. Na ocasião, a meia-volta do então presidente foi atribuída à bancada de parlamentares do Amazonas, notadamente ao líder do MDB, Eduardo Braga, que negou a articulação.

A controvérsia sobre o que deveria valer, afinal, foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2024 deliberou que petróleo estava fora da Zona Franca, pelas regras em vigor.

A pendenga, porém, não se encerrou aí. Braga tentou reinserir o refino entre as atividades da Zona Franca na **reforma tributária**, em 2023, e não conseguiu.

Mas em 2024, numa nova tentativa, o refino foi contemplado no primeiro projeto de regulamentação da reforma. O texto ficou assim: petróleo, lubrificantes e combustíveis são vetados do benefício, "exceto para a indústria de refino de petróleo localizada na Zona Franca de Manaus".

É este o projeto de lei que estava sobre a mesa do presidente Lula e provocou um intenso debate entre técnicos de seis ministérios sobre vetar ou não a iniciativa.

Distribuidores de combustíveis e produtores de petróleo, que concorrem com o grupo Atem, consideram que ficarão em desvantagem, já que os benefícios concedidos à empresa extrapolam a margem de lucro da atividade, além de incentivar a produção de combustível fóssil no coração da Amazônia.

Já a empresa alega que tem direito de entrar na Zona Franca e que, sem o incentivo, a produção local é insustentável.

Desde 2017, a Atem vende combustível importado com isenção de **tributos** federais. A vantagem foi obtida por meio de uma liminar da Justiça, em vigor ainda hoje. De janeiro de 2023 a junho de 2024, segundo o Portal da Transparência do governo federal, a distribuidora Atem's usufruiu de R\$ 139,93 milhões em benefícios, não recolhendo **tributos** sobre a revenda de combustível importado.

Embora sustente que esse combustível não sai da Zona Franca de Manaus, relatório interno da **Receita Federal** produzido em 2018, e inserido no processo que contesta a liminar, diz que, naquele ano, e em 2017, as vendas chegaram a mais Estados da Região Norte e a Mato Grosso.

Um executivo do setor afirma, sob condição de anonimato, que essa renúncia, acumulada ao longo do tempo, formou o colchão necessário para a expansão dos irmãos Atem, permitindo que crescessem para novos ramos de atuação, como o refino e mais tarde a exploração de petróleo.

De uma participação de mercado de 37% da distribuição de combustível no Amazonas em 2017, o grupo hoje supera 50%.

E passou a vender também no Centro-Oeste e no Nordeste.

Segundo dados da ANP, a Atem vende combustível ainda em São Paulo, Santa Catarina e no Paraná.

Fernando Aguiar, CEO do grupo Atem, diz que o combustível que sai da Zona Franca não é incentivado e que a empresa recolhe à parte o imposto quando a transação é feita fora da região.

No ano passado, a Atem parou a refinaria e petroleiros denunciaram que o intuito é transformar a empresa numa mera importadora. Segundo ele, esse não é o plano da companhia, mas sim retomar em meados deste ano ainda o refino de diesel e gasolina no Amazonas.

Evaristo Pinheiro, que preside a Refina Brasil, entidade que reúne seis grupos privados de refino no País, diz que a refinaria do Amazonas é um "Chevette 1989", referindo-se à tecnologia defasada. "Era uma refinaria pronta e que, por falta de manutenção, refinava menos. Foi vendida pela Petrobras e quem comprou vai investir R\$ 400 milhões para refazê-la. Eu visitei.

Com o perdão da palavra, estava uma calamidade", diz.

Vantagem

Desde 2017, por meio de liminar, a Atem vende combustível importado com isenção de **tributos**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Planalto edita MP que veta taxaço do Pix e amplia sigilo de transaçõ

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

Após revogar medida da **Receita Federal** que aumentava o monitoramento das transaçõs feitas pelo Pix, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou ontem medida provisória (MP) para "ampliar e garantir a efetividade do sigilo" do meio do pagamento, proibir a cobrança de adicionais dos consumidores e vetar a incidência de qualquer tributo sobre o uso da ferramenta.

A MP, que havia sido prometida na quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). "O pagamento realizado por meio de Pix à vista equiparase ao pagamento em espécie", destaca a MP.

"Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do Pix", acrescenta.

A MP estabelece que constitui prática abusiva a exigência de "preço superior, valor ou encargo adicional" em razão da realização de pagamentos por meio de Pix à vista. A prática dessas exigências, segundo o texto, sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação de defesa do consumidor.

O governo também quer que os fornecedores de produtos ou serviços informem os consumidores sobre a proibição de cobrança adicional nos pagamentos via Pix. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça vai disponibilizar um canal digital de orientação e recebimento de denúncias contra a relação de consumo.

A medida provisória reforça ainda que compete ao Banco Central "normatizar e implementar medidas que garantam a preservação da infraestrutura digital pública, sua disponibilidade isonômica e não discriminatória, a privacidade das informações financeiras processadas no âmbito do Pix, e a proteção aos dados pessoais, garantindo-se a impossibilidade de identificação dos usuários, observadas as exceções legais".

No início do ano, a **Receita Federal** implementou novas diretrizes para a fiscalização de transaçõs financeiras realizadas por meio do Pix e de cartões de crédito.

As mudanças, que entraram em vigor em 1.º de janeiro, determinavam que todas as movimentaçõs mensais, tanto de recebimentos quanto de pagamentos, que atingissem ou ultrapassassem R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas, deveriam ser reportadas ao Fisco.

A medida visava aprimorar o controle e a fiscalizaço dessas operaçoes, dado maior transparência e combatendo a evasão fiscal. Na quarta-feira, a Receita revogou as mudanças, e o governo decidiu publicar a MP.

Fiscalizaço

R\$ 5 mil era o limite a partir do qual as movimentaçõs feitas por pessoas físicas deveriam ser reportadas ao Fisco

R\$ 15 mil era o limite estipulado para as pessoas jurídicas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Recuo no Pix expõe fragilidades da atuação do governo (Editorial)

A decisão do governo federal de cancelar norma da **Receita Federal** sobre o aumento da transparência VA das transações via Pix é constatação do estrago feito. Em setembro, o Fisco publicou nova regra avisando que a partir de 12 de janeiro de 2025 as instituições financeiras conhecidas como fintechs, como os bancos digitais, e as operadoras de cartões de crédito passariam a notificar movimentações de pessoas físicas acima de R\$ 5 mil por mês. A medida não tinha nada de anormal. Os bancos tradicionais há muito têm regra idêntica. E um instrumento para detectar grandes sonegadores.

Bem explicada e com uma estratégia de comunicação ampla, a decisão seria compreendida facilmente pela população. Não foi o que ocorreu. Com a divulgação relapsa do governo, o que se viu nas duas primeiras semanas do ano foi desinformação, confusão, medo e queda nas transações por Pix. O erro não se deu no mérito da questão, mas na execução.

Logo os propagadores de fake news exploraram o vácuo deixado pelo governo. Informações falsas transmitidas de forma dolosa encheram as redes sociais. Uma das principais dizia que haveria quebra de sigilo de todos os usuários de Pix. Uma mentira, porque a medida da Receita não previa a exposição de detalhes das operações financeiras do cidadão. Apenas os responsáveis por movimentações suspeitas seriam chamados para esclarecimentos. O mesmo já acontece com correntistas de bancos grandes.

Outra falsidade propagada nas redes sociais dizia que estava sendo cobrado imposto sobre as transações ou que o governo tinha o plano de começar a taxar. A boataria foi tamanha que a quantidade de operações com Pix teve uma queda de 11% entre 4 e 10 de janeiro na comparação com igual período do ano passado. Na sexta-feira da semana passada, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou vídeo fazendo transferência para o Corinthians quitar a dívida da construção de seu estádio e negando intenção de começar a taxar o Pix. Outras tentativas oficiais de esclarecimento deram em nada. O estrago estava feito.

Tomada a decisão de recuar, o governo ainda precisa agir, de forma concomitante, em pelo menos três frentes.

A primeira é montar uma estratégia para aprovar de uma vez por todas a regulamentação das redes sociais no Congresso. O caso do Pix é apenas mais um numa longa lista de episódios de desinformação propagados nas redes. Vídeos e posts com mentiras deslavadas viralizaram, sem nenhuma reação das plataformas.

A segunda resposta esperada do governo é uma autocrítica. Fake news sobre a criação de novos **impostos** só se espalharam porque havia um terreno fértil. Desde que assumiu, o governo Lula sustentou parte do aumento do gasto público com uma rara sanha arrecadatória. No país com uma das cargas tributárias mais altas do mundo, a notícia falsa de mais um imposto logo ganha credibilidade.

Por fim, o governo deve procurar apoio no Congresso para aprovar medidas que voltem a dar poder de fiscalização à Receita contra sonegadores. O Pix não pode ser o paraíso para quem não quer pagar os **impostos** necessários na construção de estradas, escolas, creches, hospitais e postos de saúde. O monitoramento de movimentações financeiras deveria ser algo automático e simples.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

DA BLUSINHA A O PIX - Bolsonaroismo ataca medidas de Haddad e da Receita para minar Lula e expõe reação frágil

BERNARDO MELLO E JULIANA CAUSIN

A decisão do governo Lula (PT) de revogar antontem um ato normativo da **Receita Federal**, que continha regras sobre coleta de informações de movimentações financeiras, foi o capítulo mais recente de uma série de recuos da gestão petista na área econômica após pressões da oposição bolsonarista. Para pesquisadores e aliados do governo, a situação evidencia problemas para além da área de comunicação do Planalto, foco de mudanças recentes. Assim como em episódios como a volta do DPVAT e a derrubada de outro ato da Receita, sobre isenção na remuneração de líderes religiosos, a avaliação é que o governo deixou brechas exploradas pelo bolsonarismo, que conseguiu usar ações do próprio Executivo para atingi-lo nas suas principais bandeiras.

Evitando rugas com o eleitorado conservador, Lula tem desviado da chamada "pauta de costumes" em prol de medidas na área econômica. O foco está nos estratos de menor remuneração dentro da classe média, no que ficou conhecido como "nova classe C" em mandatos anteriores do petista. Uma das principais apostas para contemplar este grupo, anunciada em novembro, foi a isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais, que só é prevista para 2026.

A oposição bolsonarista, por sua vez, tem concentrado carga em iniciativas que afetam este segmento no bolso, especialmente após a repercussão negativa de ações mais rígidas da própria direita na pauta moral, como o PL Antiaborto.

COMPRAS DO EXTERIOR

Em abril de 2023, em uma das primeiras ofensivas desse tipo, parlamentares bolsonaristas atacaram a proposta de taxa de compras de até US\$ 50 do exterior, que ficou conhecida como "taxa das blusinhas". Preocupado com o impacto popular, o Ministério da Fazenda recuou da medida na ocasião.

-Os casos do Pix e o da "taxa das blusinhas" mostram que o bolsonarismo chega ao eleitor mais moderado quando adota discursos não tão radicais. Mas a chave

para os bolsonaristas é conjugar a economia com uma perspectiva moral. Não se trata só de uma discussão econômica, mas sim de comunicar uma ideia de que um governo "corrupto" teria o objetivo de "cortar a liberdade" ou atrapalhar a vida do "trabalhador de bem" - analisa a socióloga Esther Solano, pesquisadora da Unifesp que realiza estudos qualitativos com eleitores de Bolsonaro.

Para a pesquisadora, "há certo exagero" em vincular a mobilização bolsonarista unicamente a fake news sobre taxa de Pix. A hipótese foi sugerida pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), em um vídeo no qual reconheceu que a resolução da Receita não tratava disso, mas comparou o cenário atual com o da "taxa das blusinhas". Após o recuo inicial da Fazenda, a taxa de 20% em compras de pessoas físicas até US\$ 50 acabou aprovada pelo Congresso - com voto favorável da maioria da bancada bolsonarista - e sancionada por Lula no ano passado.

Apesar de enxergar uma "manipulação da verdade" no vídeo de Nikolas, Solano afirma que derrubar a resolução da Receita sugere "imaturidade política" do governo.

-Nem tudo é fake news, e nem tudo é falha de comunicação. O recuo é um prato cheio para o bolsonarismo, porque parece demonstrar que havia algo errado.

A resolução original da Receita, revogada antontem, aumentava para R\$ 5 mil o piso de movimentações financeiras mensais de pessoas físicas que precisam ser informadas pelos bancos ao Fisco. A norma vigente exige a coleta de informações a partir de R\$ 2 mil. Além disso, a resolução passava a exigir dos bancos digitais as mesmas regras que já valem desde 2003 para os bancos convencionais.

Um ponto que causou controvérsia até entre petistas, no entanto, foi a menção específica ao monitoramento de "transações eletrônicas efetuadas por intermédio do Sistema de Pagamentos Instantâneos" -isto é, o Pix -, a partir do piso de R\$ 5 mil. A justificativa da Fazenda era aprimorar o controle sobre crimes como lavagem de dinheiro. Ex-vice-presidente da Câmara, o ex-

deputado Marcelo Ramos (PT-AM), porém, afirmou que "qualquer coisa que cheire a tributação da classe média" que ganha R\$ 5 mil mensais "está errada na origem".

-É desnecessário qualquer movimento sobre o Pix se você já faz o controle sobre a conta bancária. Não é só comunicação, e sim um problema de falta de cuidado da Receita em dialogar com os órgãos políticos. O governo acertou ao recuar do que estava equivocado - disse Ramos.

No fim do ano passado, o governo já havia recuado da iniciativa de instituir um Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), em moldes similares ao antigo DPVAT, extinto em 2019. O seguro foi aprovado pelo Congresso e sancionado por Lula em maio. A ocasião coincidiu com uma enxurrada de publicações nas redes sociais, alimentadas por bolsonaristas, que apelidavam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como "Taxad". Em dezembro, o governo articulou a aprovação de uma nova lei, já sancionada por Lula, que revogou a volta do seguro.

Outro episódio que constrangeu o governo, em janeiro do ano passado, foi a publicação de um ato da Receita que revogou uma outra norma, de 2022, que detalhava a isenção de contribuição previdenciária na atividade de líderes religiosos. Na ocasião, a Receita disse que seguia o disposto em um processo no Tribunal de Contas da União (TCU), que analisa "possível desvio de finalidade e ausência de motivação" da norma - a isenção, nesse tipo de remuneração, já é prevista por lei desde 1991. O TCU, porém, divulgou nota à época frisando que ainda não havia tomado uma decisão.

O ato da Receita no governo Lula foi recebido com críticas nas redes sociais, especialmente de pastores e parlamentares bolsonaristas que fazem parte da bancada evangélica. A época, Haddad anunciou a criação de um grupo de trabalho, junto à Receita e à bancada evangélica, para discutir a melhor forma de assegurar a isenção, dentro do que é previsto na lei.

IMPULSIONAMENTO NA REDE

Além do alcance orgânico de críticas vindas do vídeo do deputado mineiro e da família Bolsonaro, parlamentares da oposição fizeram impulsionamento pago de publicações nas redes sociais, em especial no Instagram, sugerindo que o objetivo da medida da Receita seria "fiscalizar o Pix" e cobrar **impostos** sobre as movimentações, o que não constava na resolução. Os anúncios aumentam o alcance das publicações. A maioria custou menos de R\$ 100, com público potencial estimado de 500 mil pessoas, segundo informações da Biblioteca de Anúncios da

Meta, dona do Instagram, Facebook e WhatsApp.

Em uma das publicações, o deputado federal Gilson Marques (Novo-SC), se disse contra "imposto para movimentar o Pix". Procurado, ele alegou não ter dito "que haveria imposto na transação".

-Acho que verificaram (o governo) que o custo eleitoral para manutenção desse monitoramento absurdo ficou muito alto -afirmou.

Outras publicações impulsionadas disseminavam receio sobre a medida. A deputada Julia Zanatta (PL-SC) sugeriu que pessoas que declaram Imposto de Renda deveriam ter "atenção ao seu Pix". A norma revogada, porém, não exigia qualquer tipo de declaração adicional. Após o recuo, o deputado Luciano Zucco (PL-RS) também pagou para ampliar o alcance de vídeo em que afirma que "a oposição venceu".

PRESSÃO E RECUOS

Isenção para líderes religiosos

Em janeiro de 2024, a Receita revogou um ato do governo Bolsonaro que detalhava a isenção previdenciária para líderes religiosos. Após críticas de pastores e lideranças da bancada evangélica, a Fazenda criou um grupo de trabalho com deputados para discutir o assunto. A legalidade do ato da gestão Bolsonaro vinha sendo analisada pelo TCU, que paralisou o processo para aguardar as conclusões do grupo.

"Taxa das blusinhas"

No início de 2023, a oposição bolsonarista atacou uma proposta da Fazenda de instituir uma alíquota sobre compras online vindas do exterior, no valor de até US\$ 50. A primeira-dama Janja da Silva chegou a desmentir a intenção, e depois o governo recuou da ideia. Em 2024, porém, o Congresso aprovou uma lei que criou a taxa, e o presidente Lula, apesar de criticar a ideia, sancionou o texto.

Volta do DPVAT

No ano passado, o governo criou o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), nos moldes do DPVAT, que havia sido extinto em 2019. A medida coincidiu com uma enxurrada de publicações nas redes sociais ironizando o ministro Fernando Haddad. Em dezembro, o governo articulou a aprovação de uma nova lei, já sancionada por Lula, que suspendeu a volta do imposto.

Informações sobre movimentação financeira

A Receita publicou instrução normativa para obrigar bancos digitais e fintechs a seguirem as mesmas regras de bancos convencionais na comunicação de transações mensais de seus clientes - e aumentou o piso. de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil, a partir do qual as instituições precisam reportar. Depois de a oposição bolsonarista acusar o governo de querer fiscalizar trabalhadores autônomos, a norma foi revogada.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Vídeo viral fez parte de estratégia do marqueteiro do PL

GABRIEL SABOIA

O marqueteiro Duda Lima, responsável pelas campanhas de Jair Bolsonaro à Presidência em 2022 e de Ricardo Nunes à prefeitura de São Paulo no ano passado, entrou em campo nesta semana para coordenar a frente de atuação da oposição contra o governo Lula. Após conversa com o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi escalado para fazer críticas às novas regras da **Receita Federal** sobre o monitoramento de transações financeiras, incluindo o Pix, acima de R\$ 5 mil. Duda Lima não teve participação no roteiro do vídeo com mais de 300 milhões de visualizações feito pelo parlamentar, mas ajudou na estratégia sobre como explorar o tema.

A bola de neve que virou a repercussão negativa da medida motivou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a chamar ministros às pressas ao Palácio do Planalto na terça-feira e revogar a normativa da Receita. Além de dúvidas, a ampliação do monitoramento gerou uma onda de notícias sobre uma taxaço do Pix, o que o texto nunca estabeleceu.

Agora, Duda Lima trava uma disputa particular com Sidônio Palmeira, marqueteiro de Lula na última campanha presidencial e alçado nesta semana ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

ESTRATÉGIA

Na gravação de Nikolas, o parlamentar mineiro semeou dúvidas: ele reconhecia que a medida não implicava diretamente em taxaço, mas disse achar que as pessoas seriam tributadas no futuro. Também falou sobre a possibilidade de trabalhadores informais de baixa renda serem prejudicados no momento da declaração do Imposto de Renda.

Nos últimos dias, Lima conversou com integrantes do PL sobre a forte rejeição popular ao tema. Segundo aliados, Nikolas foi escolhido para liderar o embate por ter um grande número de seguidores nas redes sociais e ser diretamente atrelado a Bolsonaro.

Lima segue sem contrato com o partido e sem compromisso de conduzir uma futura campanha presidencial. Entretanto, ele continuará como uma

espécie de consultor informal. ^

A atuação do marqueteiro deve reforçar ações da oposição contra medidas do governo e a imagem de Bolsonaro, que está inelegível até 2030, como único nome da direita para disputar o Palácio do Planalto em 2026. Esse trabalho serve para frear o lançamento de nomes como o do cantor Gustavo Lima, que declarou ter vontade de concorrer a presidente da República nas próximas eleições, e o do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que também corre na mesma raia que Bolsonaro.

Além disso, é esperado que as orientações de Duda Lima estreitem a vinculação de Bolsonaro com nomes que devem concorrer a governos estaduais em 2026.

Ao assumir o cargo no governo Lula na última terça-feira, Sidônio mostrou preocupação com o poder de notícias falsas no ambiente virtual:

-A informação dos serviços não chega na ponta. A população não consegue ver o governo nas suas virtudes. A mentira nos ambientes digitais fomentada pela extrema direita cria uma cortina de fumaça na vida real, manipula pessoas inocentes e ameaça a humanidade - I discursou Sidônio.

No vídeo que viralizou nas redes sociais, Nikolas sugere que Pix possa ser taxado.

- O governo Lula vai monitorar seus gastos. E não, o Pix não será taxado, mas é sempre bom lembrar... A comprinha da China não seria taxada, mas foi. Não ia ter sigilo, mas teve. Você ia ser isento do Imposto de Renda, não vai. O Pix não será taxado, mas não duvido que possa, sim. Quem mais será afetado por essa medida serão os trabalhadores, que serão monitorados como se fossem grandes sonegadores-afirmou.

Procurado, o parlamentar nega que tenha tido qualquer influência de Duda Lima na produção do vídeo.

OPOSIÇÃO FATURA

Depois da revogação da medida do governo, bolsonaristas como os deputados federais André Fernandes (PL-CE) e Gustavo Gayer (PL-

GO)parabenizaram o parlamentar.

"Parece que o governo voltará atrás sobre a fiscalização do pix. Parabéns a todos brasileiros que se manifestaram, em especial ao grande Nikolas Ferreira", escreveu Fernandes.

Gayer, por sua vez, afirmou que o governo federal seria tão fraco que um vídeo foi capaz de derrubar a medida.

-O governo arregou por causa de vocês que usaram as redes sociais para verbalizar suas opiniões sobre essa tentativa desse governo de arrancar nosso dinheiro -disse Gayer, também em vídeo.

A esquerda tentou reagir. O principal conteúdo em resposta às mensagens falsas foi feito por Lula e alcançou 15,9 milhões de visualizações no Instagram até quarta-feira. No vídeo, o presidente faz um Pix para seu time, o Corinthians, para ajudar a pagar uma dívida do clube e rebate a alegação de que haveria taxaço.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

300

milhões de visualizações

Alcance do vídeo do deputado
Nikolas Ferreira (PL-MG) levantando dúvidas sobre normativa da Receita Federal

15,9

milhões de visualizações

Alcance do vídeo do presidente Lula para rebater as postagens falsas da oposição, antes da revogação da medida

AGU prepara ação contra deputados por minar confiança no sistema

BELA MEGALE E LUÍSA MARZULLO

A Advocacia-Geral da União (AGU) estuda ingressar com uma ação civil pública para responsabilizar os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO), além do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pela disseminação de informações que prejudicaram a reputação do sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, e da **Receita Federal**.

A atuação destes políticos, que integram a tropa de choque bolsonarista, é vista como um fator agravante na crise de confiança que se instaurou entre a população e as instituições financeiras.

Dados preliminares coletados pela AGU indicam que houve um grave prejuízo para a economia popular devido à desinformação e à retórica agressiva utilizada por esses parlamentares para gerar um clima de insegurança e desconfiança sobre o uso do Pix.

Fontes ligadas à AGU argumentam que essa crise de reputação teve efeitos diretos na adesão ao sistema, resultando em perdas significativas para pequenos comerciantes e cidadãos que dependem da agilidade e segurança oferecidas por esse meio de pagamento.

A eventual ação civil pública deve buscar não só a reparação pelos danos morais coletivos, por meio do pagamento de multa, mas também servir como um alerta sobre a responsabilidade dos políticos em preservar a integridade das instituições e dos serviços públicos.

Na quarta-feira, a AGU solicitou à Polícia Federal que instaurasse um inquérito para apurar as mentiras e distorções envolvendo o Pix.

A AGU afirmou esperar que, ao levar a questão ao Judiciário, consiga reparar os danos causados e promover um debate amplo sobre a ética na comunicação e a importância de informações verídicas para a saúde econômica do país.

Segundo a AGU, "a mobilização da sociedade civil e o apoio de especialistas em Direito e Economia poderão fortalecer a luta por justiça e recuperação da confiança no sistema financeiro nacional".

O grupo Prerrogativas, que reúne advogados e

pesquisadores da área do Direito próximos ao governo Lula, também pretende tomar medidas contra Nikolas.

Os juristas estão articulando, junto ao PT, uma representação no Conselho de Ética da Câmara, a fim de que o deputado seja cassado. Em suas redes sociais, o deputado disse que o grupo "envergonha o Direito".

Já o deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) representou contra Nikolas na Procuradoria-Geral da República (PGR). Boulos solicita que o bolsonarista seja investigado por estelionato e crime contra a economia popular.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Novo sistema precisa ter desenho fechado em 2025

Formação do Comitê Gestor do IBS, que distribuirá **impostos** entre estados e prefeituras, deve ser finalizada no meio do ano. Sistema de "split payment", para recolher automaticamente os **tributos**, é esperado para dezembro

Os sistemas que irão carregar e interpretar os dados para pagamento de **impostos** no novo modelo de tributação sobre consumo precisam estar alinhados e prontos para começar a rodar até o fim deste ano. Isso porque a alíquota-teste começa a valer a partir de janeiro de 2026. No teste, não haverá cobrança real, mas os contribuintes já terão de prestar informações no novo sistema da **Receita Federal**. A arrecadação de fato começará em janeiro de 2027. Esses são os passos mais importantes da regulamentação da reforma, cujo projeto mais amplo foi sancionado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A **Reforma Tributária** prevê a união de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, que juntos formarão um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é a taxa que irá aparecer na nota fiscal para os consumidores. Depois de arrecadado, será dividido em dois: o federal vai se chamar Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e vai reunir PIS, Cofins e IPI. O outro vai se chamar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e vai unificar o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

Para o teste no ano que vem, as empresas serão obrigadas a emitir na nota fiscal um valor destacado do

que corresponderia a 0,9% de CBS sobre o produto vendido e 0,1% de IBS.

O comitê gestor, que irá administrar a captura do IBS para estados e municípios, bem como a redistribuição dos **impostos**, terá de ser montado até o fim do primeiro semestre deste ano. Representantes de estados e municípios já trabalham na elaboração do modelo tributário que irá funcionar em conjunto com a União.

TRABALHO OPERACIONAL

Ontem, o secretário de **Reforma Tributária**, Bemard Appy, disse que o trabalho operacional já está sendo feito com a participação da Receita, dos estados e dos municípios.

-É um trabalho que já vem desde o ano passado, porque não há possibilidade de esperar a publicação da lei para começar, pela quantidade de sistemas que têm que ser construídos. O princípio é que a interface de cobrança, para o contribuinte, será única. Do ponto de vista do contribuinte, é como se um único tributo estivesse sendo cobrado, ainda que na verdade sejam dois **tributos** distintos -disse.

O Comitê Gestor ficará responsável por fazer a arrecadação, a compensação de débitos e créditos e a distribuição das receitas para estados e municípios.

-E fundamental a formação do comitê e parte do sis-

Substituição gradual dos **impostos** locais

ICMS (estadual) e ISS (municipal) sofrerão gradual redução, com alíquotas fixadas nas seguintes proporções:

Fonte: Projeto de lei aprovado na Câmara

tema de arrecadação até o meio do ano. Creio que há tempo hábil para isso -disse o subsecretário adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, Giovanni Padilha, que acompanha as negociações junto ao Ministério da Fazenda.

Os detalhes constam num projeto de lei que está em tramitação no Senado e já passou pela Câmara.

- O Senado está pronto para votar o outro projeto, que é mais administrativo e mais fácil de passar -disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Já o sistema que irá recolher

automaticamente os novos **impostos**, chamado "split payment", precisará ter a maior parte pronta até o fim deste ano, antes da transição. No modelo de "pagamento dividido" (em tradução livre), as instituições financeiras responsáveis pelas transações destinarão o montante devido de **impostos** diretamente para os governos, explicou a consultora Melina Rocha -a previsão é que o novo sistema estará em pleno vigor apenas em 2027.

O tributo será recolhido no ato de compra de um bem

ou serviço. O sistema vai integrar a emissão da nota fiscal eletrônica, a transação de paga-

mento e a arrecadação tributária, tudo unificado por uma chave numérica. Com tudo eletrônico e automatizado, a expectativa é que a porção do total de **impostos** não arrecadados por sonegação, fraude e inadimplência caia a menos de 15%. Hoje, supera 20%.

Na prática, o novo modelo de recolhimento automático vai permitir a separação da fatia do imposto que vai para a União e da que vai para estados e municípios na hora. Isso vai valer para quando o pagamento for feito de forma eletrônica, como cartões, boletos, transferências e Pix.

O cashback, devolução de

parte do valor pago em **tributos** pela população de baixa renda, já começará a valer a partir do primeiro ano de recolhimento efetivo dos **impostos** na transição, 2027. A devolução deverá ser paga por meio de um cartão de débito entregue a esse público ou uma conta virtual aberta pelo governo.

Ter um cartão separado do pagamento do Bolsa Família é considerado essencial pelo governo para que não haja mistura entre transferência de renda e devolução de **tributos**. Além disso, o público que terá direito ao cashback será mais amplo que o do Bolsa Família, já que terá como base o Cadastro Único para benefícios sociais.

IMPOSTO SELETIVO

Também precisarão ser fechadas nos próximos meses as alíquotas do Imposto Seletivo (IS), voltado para bens como bebidas alcoólicas e açucaradas e veículos.

- A regulamentação do Imposto Seletivo começará a ser trabalhada pela secretaria (de **Reforma Tributária**) neste ano -disse Haddad.

Congresso e governo ainda têm de fechar temas como a regulamentação dos Fundos de Desenvolvimento do Amazonas e da Amazônia Ocidental e a forma de aporte dos recursos ao Fundo de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MP proíbe taxação do Pix e o equipara a dinheiro vivo

*Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Estevão Taiare Murillo
Camarotto De Brasília*

O governo Lula publicou na quinta-feira (16) a medida provisória (MP) que garante que transferências por meio de Pix não terão incidência de nenhum tipo de tributo. O texto também garante o "sigilo" desse tipo de transferência. A MP, que reforça regras já em vigor, é uma resposta da gestão petista à onda de "fake news" sobre o tema.

Com a proposta, o Palácio do Planalto tenta amenizar os efeitos de normativa da **Receita Federal** que ampliava a fiscalização sobre movimentações mensais de pessoas físicas superiores a R\$ 5 mil. A norma - revogada na quarta-feira (15) - não previa taxas sobre o meio de pagamento, nem quebra de sigilo, mas foi alvo de desinformação nas últimas semanas.

A MP entra em vigor imediatamente, mas precisará ser analisada pelo Congresso Nacional num prazo de 60 dias prorrogáveis por mais 60. O texto pode ser modificado durante o processo de tramitação.

"Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de pagamentos instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil", diz o texto.

Horas após a publicação do texto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que o governo não tem medo de mentiras, sem mencionar especificamente a crise do Pix. Na semana passada, o petista chegou a gravar um vídeo para as redes sociais rebatendo informações falsas sobre a suposta taxa sobre as transferências.

"Não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de políticos que tentaram dar um golpe. Não temos que ter medo de enfrentar a fake news e fazer o debate, a disputa. Porque se a gente perde, a gente vai voltar ao fascismo, ao nazismo, à violência contra as mulheres, os negros e aos pobres no mundo inteiro", afirmou o presidente, durante cerimônia de sanção da regulamentação da **reforma tributária**.

Além de deixar claro que não há taxa sobre o Pix, a

MP traz um dispositivo para coibir comerciantes de cobrarem valor extra para essa modalidade de pagamentos. Segundo o texto, isso constitui "prática abusiva". Na quarta-feira, ao anunciar que o Executivo iria revogar a norma da Receita, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "criminosos" estariam se aproveitando dessa polêmica para cobrar uma taxa sobre esse tipo de operação.

"Constitui prática abusiva [...] exigência, pelo fornecedor de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, de preço superior, valor ou encargo adicional em razão da realização de pagamentos por meio de Pix à vista", diz a MP, que prevê penalidades previstas na legislação de direito do consumidor em caso de infrações.

Neste mesmo sentido, o texto trata de equiparar o pagamento via Pix a qualquer outro tipo de quitação - seja dinheiro vivo, TED ou até mesmo cheque. A MP afirma ainda que compete ao Banco Central normatizar e implementar medidas que garantam a "privacidade das informações financeiras processadas no âmbito do Pix e do Sistema de Pagamentos Instantâneos - SPI". A interpretação distorcida de que a norma da Receita comprometeria o sigilo das transações foi um dos pontos que causou reação negativa ao texto nas redes.

Antes mesmo da chegada oficial da MP ao Congresso, aliados do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), favorito para suceder Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara, apostam que ele escalará um nome de centro para a relatoria do texto. Interlocutores do paraibano ponderam, no entanto, que ainda é cedo para falar sobre o assunto.

Ao escalar um nome de centro, o parlamentar evitaria desgastes com o governo Lula, já que não designaria para o posto um parlamentar da oposição. Os opositores foram determinantes para a desinformação em torno da norma do Fisco.

Fontes ouvidas pelo Valor afirmam que Motta deve dialogar com líderes partidários antes de fazer a designação do relator da matéria e que o parlamentar do Republicanos baterá o martelo apenas após esgotar o diálogo com os pares e com integrantes do Executivo.

Ao evitar a escalção de um nome da oposioo, o possvel sucessor de Lira impedir que essa deciso fomente uma primeira insatisfao do Palcio do Planalto com sua gesto j nas primeiras semanas a frente da Mesa Diretora da Cmara. A eleio para o comando do Congresso est prevista para o dia 1-de fevereiro.

Alm disso, h a avaliao de que ele escolher um nome que trabalhar para melhorar o texto. A designao de um relator da oposio abriria espao para "uma enxurrada de 'fake news'" e praticamente inviabilizaria o andamento do texto, j que o grupo contrrio a Lula no Congresso trabalharia para derrubar a medida. Caso no seja aprovada no prazo de 120 dias, a MP deixa de vigorar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1
&searching=true§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1)**

fintechs apoiaram norma da receita sobre PIX

A Instrução Normativa da **Receita Federal** 2219, que emitida no fim do ano passado e foi revogada pelo governo após uma onda de "fake news", teve origem em discussões do Fisco com o setor financeiro. Segundo o Valor apurou, a Receita queria harmonizar algumas regras, deixá-las mais em linha com padrões internacionais, e em interações informais com o setor acabou ouvindo algumas sugestões.

De acordo com participantes da indústria, quando começaram as conversas com o setor financeiro, a Receita teria ouvido de bancos tradicionais que, já que as normas seriam atualizadas, seria interessante deixar clara a necessidade de instituições de pagamento (IPs) e emissores de cartões também reportarem essas transações ao Fisco. A grande maioria já reportava, mas não havia uma obrigatoriedade expressa nas regulamentações.

Assim, em contato com as fin-techs - que operam majoritariamente com licença de IP - a Receita indicou que deveria optar por incluí-las na obrigatoriedade

de reportar os dados. Elas aceitaram e até gostaram da maior segurança jurídica, mas em troca propuseram que o limite a partir do qual as transações de pessoas físicas tivessem de ser reportadas passasse de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil. Com esse limite mais alto, um volume menor de informações tem de ser enviado ao Fisco, reduzindo o custo de compliance [aderência às normas], que pesa especialmente para fintechs menores.

"De fato os bancos correram para defender a nova norma, e para as fintechs não é problema nenhum cumprir essa eventual exigência da Receita, a maioria já o faz. Só foi ruim todo esse mal entendido que se criou em torno do Pix", comenta um interlocutor ligado às IPs.

Agora que a IN da Receita foi revogada, o governo editou uma medida provisória que reassegura que o Pix é gratuito e que não haverá nenhum tipo de quebra de sigilo bancário. A expectativa do setor financeiro é que, com esse "piso legislativo", a Receita tenha mais segurança para no futuro breve reeditar uma instrução normativa parecida, colocando novamente as fintechs no rol das entidades obri-

gadas a reportar transações.

Procurada, a Zetta, associação que representa fintechs como Nu-bank e Mercado Pago, afirma em nota lamentar a disseminação de informações falsas acerca do Pix e se colocou à disposição do governo federal para seguir colaborando com discussões e medidas que visem coibir a sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro no país. "Reforçamos que o Pix continua gratuito e sem qualquer alteração para seus usuários, e que a associação apoia medidas que busquem o diálogo entre o poder público e a iniciativa privada em prol de um setor financeiro mais seguro, inovador e competitivo."

Já a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs) diz que a maior clareza regulatória sobre a obriga-

"O que havia de novo na regra era que as fintechs passariam a enviar informações" André Felix Ricotta

toriedade de algumas questões tributárias é uma demanda do setor. "Precisamos que essa necessidade de reportar essas transações esteja clara nas regulamentações da **Receita Federal**. Isso nos ajudaria a combater narrativas de que as fintechs não cumprem determinadas regras e tornaria até mais fácil e seguro prestar contas para nossas stakeholders", afirma o presidente da associação, Diego Perez.

Doutor em direito tributário e sócio da Felix Ricotta, André Felix Ricotta de Oliveira explica que a lei complementar 105, de 2001, posteriormente regulamentada, é que dá fundamento legal para o envio de informações sobre movimentações financeiras globais dos clientes de bancos à Receita há mais de 20 anos. "O que havia de novo na nova regra era que as instituições de pagamento, as fintechs, também passariam a ser obrigadas a enviar essas informações."

Para ele, deixar as instituições de pagamento de fora da regra cria uma assimetria que é prejudicial para o mercado. O advogado diz que seria importante que a Receita conseguisse retomar essa discussão por meio de uma regra mais clara e bem comunicada à popula-

ção. "Com a revogação agora, volta a ficar uma zona cinzenta. Acho que a Receita vai ter de comprar essa briga de novo lá na frente", diz Pedro Branco, sócio do

Silva Lopes Consultoria, economista especializado em mercado financeiro.

Marcus Fonseca, sócio do escritório TozziniFreire nas áreas de direito bancário e mercado de capitais, lembra que o Brasil tem um sistema de regulação bancário bastante robusto e que não havia nada da IN da Receita que prejudicasse os cidadãos. "Não tem nada a ver com quebra de sigilo bancário, esses reportes da Receita não são individualizados. Essa norma veio muito na esteira de atualizar a regulamentação com base na evolução dos meios de pagamento disponíveis."

Para Beatriz Daguer, advogada criminalista, faz sentido incluir as IPs na obrigação de reportar os dados e o governo não deveria ter revogado a norma. "É dever do Estado investigar e coibir a prática de crimes. A Receita só vai pedir mais informações de uma determinar transação se houver indícios de irregularidade."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=10§ion=2>

A estabilização da economia

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A economia brasileira passou, desde o fim de novembro de 2024, por intensa instabilidade financeira e cambial. Os mercados ficaram mais calmos neste início de ano, mas o câmbio permanece acima de 6 reais por dólar, com impacto adverso sobre a taxa de **inflação** e os juros. O que fazer? Vou passar em revista algumas alternativas, avisando, porém, que o espaço disponível não permite esgotar o assunto ou sequer fazer justiça às possibilidades que serão aventadas. Há dois tipos de medidas: as mais convencionais e as menos rotineiras. O mais natural seria começar pelas tradicionais.

O governo já está tomando ou programando algumas medidas desse tipo. No que diz respeito à política fiscal, é recomendável, em primeiro lugar, tomar providências adicionais de ajustamento para dissipar percepções ainda predominantemente negativas sobre as contas públicas. Medidas adicionais reduziram as necessidades de financiamento do governo e a sua dependência em relação ao mercado financeiro. Outro ponto aparentemente importante seria reforçar a posição do ministro Fernando Haddad dentro do governo. Nos últimos meses, disseminou-se a suspeita de que ele estaria enfraquecido, o que contribuiu para o tumulto financeiro e a depreciação do real. Se o presidente Lula atuar para desfazer essa suspeita, ficará mais fácil acalmar o mercado e formar expectativas positivas em relação à política fiscal. De todo modo, o governo deve ter em mente que o ajuste fiscal envolve, sempre e em qualquer parte, um conflito distributivo. Ou seja, implica escolher quem será onerado por cortes de despesas ou aumentos da carga tributária. Como o Brasil apresenta elevado grau de concentração da renda, o ajuste deve ser progressivo ou, no mínimo, neutro em termos distributivos.

Isso significa que não só o Imposto de Renda, mas também os cortes de gastos devem mirar sobretudo os setores de renda alta. Tanto mais, ressalte-se, que os juros continuarão elevados em 2025, contribuindo para concentrar a renda nacional.

Se a política fiscal também for injusta, o governo Lula promoverá concentração da renda por duas vias, pela política fiscal e pela política monetária, em flagrante conflito com sua base social e o discurso de campanha. Admitir que os juros continuarão altos durante 2025 não significa, evidentemente, que eles não possam diminuir em algum momento, digamos, do

segundo trimestre em diante. Se a política fiscal seguir o caminho antes mencionado, o Banco Central terá a oportunidade, que não deveria perder, de baixar a taxa de juro gradualmente. E não é só a política fiscal que pode contribuir para juros menores. O Banco Central nem sempre usa na devida medida os instrumentos de que dispõe para induzir a queda do dólar e dos juros. Alguns são tradicionais, como vender swaps cambiais ou lançar mão das reservas internacionais para intervenções pontuais no mercado de câmbio. Apesar da perda de cerca de 30 bilhões de dólares no fim do ano passado, as reservas continuam elevadas e podem ser acionadas para sufocar turbulências cambiais.

E a venda de swaps é uma forma de oferecer hedge cambial e defender o real sem gastar reservas, assumindo obrigações denominadas em moeda nacional. Outros instrumentos são mais inovadores se comparados à experiência brasileira das décadas recentes. Menciono três deles, em apertada síntese. Todos eles têm seus riscos, mas podem ser recomendáveis, especialmente se houver novos episódios de turbulência. Primeiro instrumento: autorização para que o Banco Central atue, quando oportuno, ao longo da curva de juros, influenciando as taxas longas, como fazem alguns dos principais Bancos Centrais, inclusive o dos EUA. Segundo: a volta dos controles de capital, modernizados para atuar sobre derivativos, que correspondem hoje à maior parte das operações de mercado. O Banco Central e a **Receita Federal** passariam a atuar em conjunto para regular e fiscalizar as remessas de capital dos ricos e super-ricos ao exterior. Terceiro: o Banco Central e o Tesouro podem explorar a possibilidade de captar recursos externos de fontes governamentais, em montante apreciável e em condições de prazo e custo mais favoráveis do que as do mercado interno. Esses recursos teriam de ser usados exclusivamente para substituir uma parte da dívida interna por dívida externa, não para financiar um aumento do déficit fiscal ou a acumulação de reservas internacionais. Em suma, se a política fiscal for reforçada, se o Banco Central contribuir, por seu lado, para a valorização do real e a queda dos juros, e se for possível, além disso, negociar financiamento externo junto a novas fontes, o governo teria condições de estabilizar os mercados financeiros e cambiais e retomar a trajetória econômica bem-sucedida de 2023 e 2024. Uma ressalva final. Algumas das medidas acima, especialmente as não convencionais, esbarrariam na resistência da plutocracia nacional, que controla o Congresso e a

mídia corporativa. Para adotá-las, o governo teria de estar bem preparado do ponto de vista técnico e disposto a contrariar interesses poderosos. Difícil, sem dúvida. Mas não é sempre difícil governar de forma justa, com o interesse do povo em mente? E não foi exatamente para isso que Lula se elegeu?

O que 2025 reserva para a economia chinesa

Stella Yifan Xie Nikkei.de Hong Kong

A segunda maior economia do mundo caminha para mais um ano tumultuado. Ao longo de 2024, a China sofreu com o longo declínio do setor imobiliário, a crise de financiamento dos governos locais e um mercado de trabalho enfraquecido, que corroeu ainda mais a já frágil confiança de consumidores e empresas.

O país está atolado na onda de pressões deflacionárias mais longa desde 1999. Os desequilíbrios aumentaram, com o crescimento das exportações e dos investimentos no setor industrial superando constantemente o consumo das famílias. O excesso de oferta de bens no mercado interno chinês forçou os exportadores a reduzir preços, o que reduziu as margens de lucro e fomentou disputas com parceiros comerciais.

Agora, a volta de Donald Trump no comando da Casa Branca e os sinais de tensões sociais cada vez maiores colocarão à prova a determinação de Pequim.

Embora o presidente Xi Jinping tenha praticamente declarado que a China atingiu sua meta de crescimento de "cerca de 5%" em 2024, as perspectivas para este ano são menos positivas. Analistas consultados pela Nikkei Asia preveem um crescimento de 4,4% em 2025, enquanto o Banco Mundial recentemente projetou alta de 4,5% - 0,4 ponto percentual a mais do que na estimativa anterior, após uma recente série de medidas de Pequim para flexibilizar a política monetária. São números que podem frustrar os principais líderes chineses, caso eles mantenham a mesma meta de 2024.

Aqui estão cinco pontos de atenção no desempenho econômico da China em 2025:

Até que ponto as tarifas de Trump prejudicarão a China? A resposta depende do momento em que forem aplicadas e do alcance dos planos do novo presidente dos EUA de impor novas tarifas sobre mais de US\$ 500 bilhões em importações chinesas.

Desde a vitória nas eleições em novembro, Trump prometeu impor uma tarifa adicional de 10%, caso Pequim não restrinja o fluxo de drogas ilegais para os EUA. Antes disso, havia ameaçado aplicar tarifas adicionais de até 60% sobre todos os produtos chineses.

Especialistas têm divulgado as mais variadas

previsões. Em um cenário extremo, os EUA poderiam elevar as tarifas sobre bens chineses para 60% já no primeiro semestre de 2025, o que reduziria o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) da China para 3,9%, supondo que a resposta política de Pequim seja insuficiente, segundo analistas do J.P. Morgan. O Goldman Sachs calcula que um aumento de 20% nas tarifas sobre produtos chineses reduziria o crescimento do **PIB** chinês em 0,7 ponto percentual, para 4,5% em 2025.

Outros são menos pessimistas.

Argumentam que a China poderia mitigar parte do impacto com a desvalorização da moeda local e que muitos produtores chineses poderiam driblar as tarifas redirecionando as exportações por meio de terceiros países.

A firma londrina de análises econômicas Capital Economics prevê que mesmo a imposição de tarifas de 60% dos EUA reduzirão "bem menos de 1%" do **PIB** da China. Atualmente, a demanda dos EUA por bens da China é responsável por menos de 3% do **PIB** chinês, segundo a empresa.

Outros países poderiam ficar menos propensos a apoiar os controles de exportação dos EUA contra a China se também forem alvos de tarifas generalizadas dos EUA, como Trump ameaçou.

Conclusão: Difícil prever.

O problema de "excesso de capacidade" produtiva da China vai piorar? Em 2024, uma inundação de exportações chinesas baratas - desde brinquedos e cafeteiras até painéis solares-fez com que parceiros comerciais, como Índia e União Européia, propusessem ou impusessem tarifas sobre alguns produtos chineses para proteger empresas locais.

Essa dinâmica deverá continuar em 2025, em parte porque Pequim parece determinada a fazer com que a indústria contrabalance a falta de investimentos no setor imobiliário. Xi pretende transformar a China em uma potência da indústria de alta tecnologia até 2035, e durante reunião do governo em dezembro, a questão foi definida como prioridade para 2025.

Os dados financeiros confirmam a mudança. Em setembro, os empréstimos bancários a pagar feitos ao setor imobiliário somavam 52,9 trilhões de yuans (cerca de US\$ 7,3 trilhões), 3% a mais do que há três

anos, enquanto os empréstimos a pagar feitos ao setor industrial haviam disparado 86%, para 24,23 trilhões de yuans (cerca de US\$ 3,3 trilhões).

O excesso de bens está afetando a lucratividade dos fabricantes e pode custar empregos. A proporção das chamadas "empresas-zumbis", aquelas cujos lucros não foram suficientes para pagar os juros de suas dívidas por dois anos consecutivos, subiu para 14% no primeiro semestre de 2024, em comparação à de 8% no mesmo período de 2023, disse Gary Ng, economista sênior do banco Natixis.

O governo chinês parece ter consciência dos riscos do excesso de capacidade. Em dezembro, a China reduziu as isenções de **impostos** de exportação para certas commodities, como o alumínio, possivelmente para tornar os produtos chineses mais caros no resto do mundo e, assim, amenizar as tensões comerciais. Mais recentemente, dois dos principais produtores chineses de polissilício prometeram reduzir a produção.

Ainda assim, muitos analistas preveem que a pressão da queda nos preços, provocada pelo excesso de oferta, persistirá.

Conclusão: Provavelmente, sim.

Conseguirá a China evitar uma armadilha deflacionária no estilo da japonesa? Na maior parte de 2024, a China ficou presa em cenário de deflação no preço dos bens e de baixa **inflação** ao consumidor - um sinal de demanda interna anêmica e forte crescimento na oferta. Em meio às pressões, o rendimento dos títulos do governo de dez anos caiu para menos de 2% pela primeira vez em mais de 20 anos, intensificando os temores de que o país possa estar seguindo o caminho do Japão a partir dos anos 1990.

Embora Pequim tenha prometido mais gastos governamentais por meio de programas como trocas de bens de consumo usados por novos, ainda não está claro se as medidas terão o tamanho suficiente para romper o ciclo de preços baixos e demanda fraca.

Os consumidores chineses estão se tomando mais "sensíveis aos preços", uma vez que enfrentam cada vez mais insegurança no emprego, segundo Zhennan Li, economista sênior da Ásia na Pictet Wealth Management. Dados oficiais mostram que o índice de desemprego entre os jovens permanece elevado pós-pandemia e que o crescimento salarial estagnou.

As expectativas de deflação parecem estar enraizadas. No primeiro trimestre de 2024, o banco central da China constatou que apenas 21% dos depositantes previam aumento nos preços no segundo

trimestre, a menor proporção desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2003. A porcentagem subiu para 23,5%, em uma pesquisa do segundo trimestre sobre as expectativas para o terceiro, os dados mais recentes disponíveis.

As empresas, em especial as privadas, estão relutantes em captar mais empréstimos, considerando a capacidade produtiva excessiva e as estreitas margens de lucro.

São esperadas mais medidas de estímulo fiscal para apoiar os governos locais a rolares dívidas e para ajudar a liquidar o estoque de moradias que ficaram sem vender.

No entanto, analistas do Morgan Stanley consideram improvável um "pacote de grande escala voltado ao consumo" para reflacionar a economia. Eles consideram a deflação o "inimigo público número 1" da China.

Conclusão: A baixa **inflação** veio para ficar.

A erosão de riqueza pode gerar maior instabilidade social? O valor total estimado da riqueza das famílias na China cresceu quase 10% ao ano entre 2018 e 2021.0 crescimento, contudo, desacelerou para apenas 1% ao ano em 2022 e 2023.

Há poucos sinais de que a confiança melhorará rápido. O valor das propriedades, que representam 70% da riqueza familiar, pode sofrer um declínio adicional de 20% a 25%, para cerca de metade do que era no pico dos preços e só estabilizar-se no fim de 2025, segundo estimativa de analistas do Goldman Sachs.

Uma economia sem força pode exacerbar as tensões sociais, em um momento em que os casos de ataques violentos estão em alta. De acordo com o China Dissent Monitor, mais de 900 protestos ocorreram no país no terceiro trimestre de 2024, 27% a mais do que nos mesmos meses de 2023, puxados por manifestações de trabalhadores e proprietários de imóveis.

Uma pesquisa de 2023, conduzida por dois acadêmicos, Scott Rozelie, da Universidade Stanford, e Martin Whyte, de Harvard, revelou que menos chineses acreditam que o trabalho árduo vale a pena em comparação há dez anos. Apenas 39% das famílias entrevistadas disseram que sua condição econômica melhorou nos últimos cinco anos, uma queda em comparação aos mais de 76%, em 2014.

Embora isso não resulte necessariamente em mais instabilidade social, o descontentamento pode levar a uma resistência passiva, como a recusa em trabalhar

com afinco, à emigração ou à transferência de ativos para o exterior.

LarryHu

Conclusão: O risco é maior, mas não definitivo.

(Tradução de Mario Zamarian)

Como será a cartilha de estímulos da China? Os esforços de estímulo econômico da China desde setembro concentraram-se em grande medida em flexibilizar a política monetária por meio de cortes graduais nas taxas de juros e nos custos dos financiamentos imobiliários. O governo central de Pequim prometeu manter sua política monetária "moderadamente frouxa" em 2025, o que implica mais cortes nos juros.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1>

Para combater o impacto de possíveis novas tarifas comerciais, Pequim pode permitir que a moeda se desvalorize para cerca de 7,5 yuans por dólar nos próximos três a seis meses, estimam analistas do Société Générale - ontem a moeda estava cotada em 7,3 yuans por dólar. Mas a China se preocupa em não permitir uma desvalorização muito rápida de sua moeda para não estimular fuga de capitais.

No lado fiscal, os investidores preveem em grande medida que as autoridades emitirão até 3 trilhões de yuans em títulos do Tesouro especiais em 2025, elevando a proporção do déficit fiscal de 3% para 4% do **PIB**. Grande parte dos novos recursos devem ser usados para recapitalizar bancos em dificuldade e o restante, para impulsionar o consumo, programas de bem-estar social e investimentos em setores de alta tecnologia.

Embora os líderes chineses tenham resistido à ideia de distribuir dinheiro diretamente às famílias, há sinais de que isso possa estar mudando. Nos últimos meses, funcionários públicos da China receberam um aumento de cerca de 500 yuans nos salários, segundo a Bloomberg.

Alguns acreditam que as autoridades estão poupando seus artifícios até que Trump esclareça seus planos tarifários, e que poderiam vir a fazer mais.

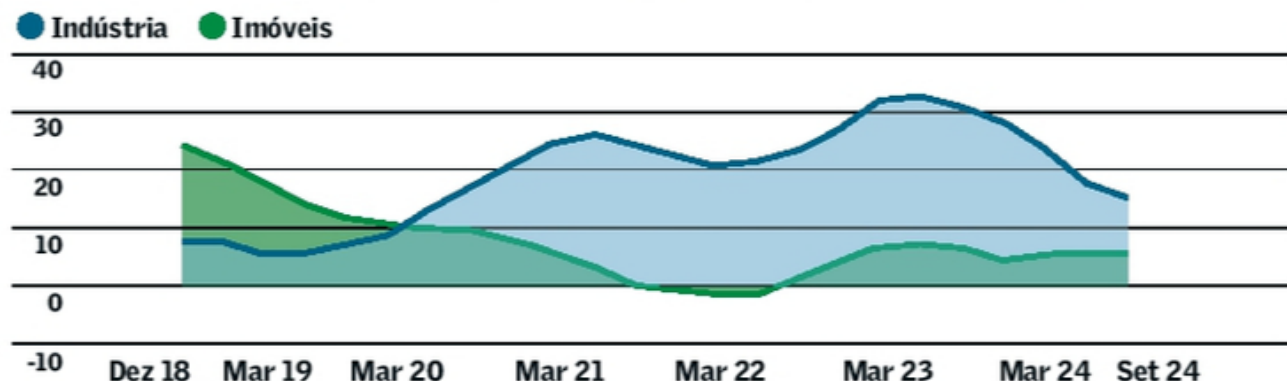
"A nova guerra comercial pode ter um papel importante na determinação da dose de estímulo interno que Pequim precisa implementar para compensar choques externos", disse Larry Hu, economista da China no Mac-quarie Group, que prevê crescimento de 4,7% no país em 2025, próximo da meta do governo.

Conclusão: Pequim pode fazer o mínimo para atingir meta de crescimento.

"Guerra comercial pode determinar estímulos para compensar choques externos"

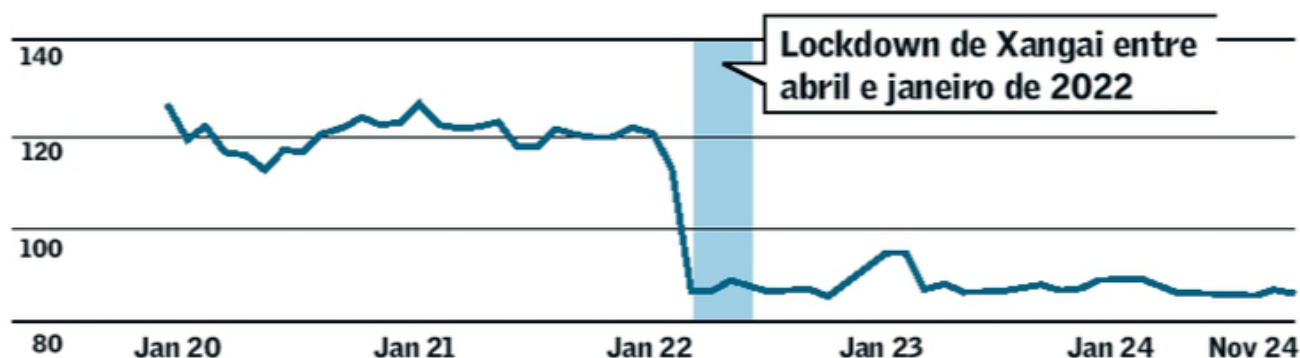
Crédito é reedirecionado na China

Variação trimestral, em %, de empréstimos de médio e longo prazo



Confiança do consumidor em queda

Índice de confiança do consumidor da China



Economia chinesa em desaceleração

Variação anual do PIB, em %



Fonte: Agência Nacional de Estatísticas da China e Wind Information. * Governo chinês não definiu meta de crescimento em 2020, ** Meta de crescimento é de "cerca de 5%". Resultado de 2024 são dos primeiro nove meses do ano

Presidente critica "ingratidão" de governadores

Na sanção da **reforma tributária**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva alfinetou - sem citar nomes - os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema; Goiás, Ronaldo Caiado; Rio de Janeiro, Cláudio Castro; e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que criticaram vetos do governo à proposta de renegociação das dívidas dos estados com a União, sancionada nesta semana.

"Os governadores que devem mais, os cinco maiores, são ingratos, porque deviam estar agradecendo ao governo federal e ao Congresso", declarou Lula. "Alguns fazem crítica porque não querem pagar. E, a partir de agora, vão pagar. A gente vai se preocupar com os outros estados que não devem. Os pobres pagam suas dívidas, os ricos não pagam. O acordo é uma coisa excepcional na dívida do país", acrescentou.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, rebateu as críticas de Zema. Disse que o governador mineiro "esconde a verdade" ao criticar a lei.

Zema afirmou que Minas Gerais só vai aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) se os vetos de Lula forem derrubados pelo Congresso.

"O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, usou esta rede para atacar o governo federal, mas, como é de praxe do bolsonarismo, esconde a verdade. Primeiro esqueceu de mencionar que se reuniu comigo e apresentou uma proposta para a renegociação de dívidas bem menor que a aprovada e sancionada agora", escreveu o ministro no X.

Haddad também afirmou que o governador deixou de dizer que um dos trechos vetados por Lula pedia que a União pagasse as dívidas dos estados com bancos privados. Aproveitou, ainda, para alfinetar o gestor. Citou que, embora Zema adote um discurso de combate aos privilégios no setor público, aumentou o próprio salário em 298% em 2024 (passou de R\$ 10.500 para R\$ 41.845,49), durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal do Estado.

Horas depois, Zema respondeu às críticas do ministro. Ele frisou que respeita seu esforço para melhorar as contas públicas, mas sustentou que o governo federal deveria começar a cortar os próprios gastos.

"Ao contrário do que acontece no Palácio do Planalto, Minas fez o dever de casa. Pelo quarto ano seguido, estamos com as contas equilibradas, ou seja, desde 2021 com déficit zero, mesmo já tendo pago mais de R\$ 8 bilhões de dívida à União", postou no X.

O texto sancionado pelo presidente permite a flexibilização das condições de pagamentos de dívidas dos estados com a União, desde que cumpram exigências de investimento em educação, habitação, segurança pública, saneamento, transporte e enfrentamento das mudanças climáticas. O prazo para aderir ao Propag é 31 de dezembro de 2025.

A lei autoriza desconto nos juros e permite que os estados paguem seus débitos em até 360 parcelas mensais - um prazo de 30 anos. Há, ainda, a correção mensal das parcelas com possibilidade de amortizações e reduções nos valores nos primeiros cinco anos de pagamento.

Os estados poderão pagar parte das dívidas com a transferência de ativos para a União, como imóveis e outros bens.

Nesses casos, o aceite pela União será feito por acordo.

Entre os trechos vetados por Lula, está o que permitia que os estados abatessem parte das dívidas com a execução de despesas.

Para o presidente, a possibilidade tem "vício de inconstitucionalidade", pois permitiria à União assumir obrigações de exercícios passados sem a formalização prévia de acordos, o que, segundo ele, geraria insegurança jurídica.

Ele também vetou artigos que permitiam aos estados inscritos no Regime de Recuperação Fiscal (Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) acumular os benefícios que já dispõem nesse regime com os do Propag.

Vetou, ainda, a suspensão dos gatilhos da Lei de Responsabilidade Fiscal em caso de violação aos limites de despesas de pessoal pelos estados; o artigo que permitia o uso de verbas do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para abatimento de juros

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6879/17-01-2025.html?all=1>

Dólar volta a subir e Bolsa cai 1,15%

» **JÚLIA PORTELA**

Apesar de abrir o pregão em queda e romper o piso de R\$ 6 pela primeira vez em mais de um mês, o dólar fechou o pregão de ontem em alta após três dias de queda. A divisa norte-americana chegou a atingir R\$ 5,996 às 9h34, no entanto, encerrou o dia cotado a R\$ 6,053 para a venda, registrando alta de 0,47%.

A virada do câmbio acompanhou o avanço da divisa norte-americana frente às moedas emergentes, especialmente após a sabatina no Senado de Scott Bessent indicado pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, para comandar o Tesouro norte-americano. Na sabatina, Bessent deu pistas sobre como será o plano de tarifas do novo governo.

"O mercado cambial apresentou uma certa volatilidade, o que já era meio esperado, porque o fechamento da véspera foi muito bom", destacou o economista César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB). Somente nesta semana, a moeda norte-americana acumula queda de 2,3%.

"É natural, porque ainda persistem as incertezas relativas à política fiscal. Também houve uns vetos do presidente na **reforma tributária**, e isso acabou gerando algumas incertezas e, na medida em que se aproxima a posse do presidente Trump, é natural que haja esse aumento de volatilidade", disse Bergo.

Segundo o professor da UnB, a tendência é de que o dólar permaneça na faixa de R\$ 6 durante alguns dias, "talvez caindo um pouco para próximo de R\$ 5,90 só a partir de março".

Na contramão do dólar, o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), voltou a cair após três pregões seguidos de alta, acompanhado a queda das bolsas internacionais. O IBovespa recuou 1,51%, ontem, a 121.234 pontos. Na véspera, disparou 2,81%, a maior alta diária desde 5 de maio de 2013, quando o IBovespa registrou valorização de 2,91%, segundo dados da consultoria Elos Aytá.

Inflação André Galhardo, consultor econômico da plataforma de transferência internacional, cartão e conta global Remessa Online, afirmou que os juros futuros seguem uma direção semelhante à do pregão de terça-feira, e esse movimento foi influenciado pelos resultados do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos Estados Unidos. O CPI registrou um aumento de

2,9% em dezembro, conforme as projeções do mercado. "Mas o núcleo da **inflação**, que exclui os preços mais voláteis de alimentos e energia, apresentou resultados inferiores ao esperado por muitos analistas, o que é um dado bastante positivo.

Isso indica que os preços, especialmente os mais voláteis, estão sendo impactados pela política monetária implementada pelo Federal Reserve", detalhou.

Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos, destacou que o movimento do dólar também teve influência da divulgação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**). O indicador teve alta de 0,10%, em novembro, na comparação com o mês anterior. "O dado ficou acima das expectativas, mas mostrando uma desaceleração no crescimento, mas nem isso foi suficiente para trazer ao mercado um movimento de realização", disse Moliterno.

O analista lembrou ainda que a espera do mercado para divulgação do **PIB** da China também teve influência sobre o movimento do dólar ontem.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6879/17-01-2025.html?all=1>

Lula sanciona 1ª parte da reforma; alíquota pode ser a maior do mundo

FERNANDA TRISOTTO, GABRIEL HIRABAHASI, SOFIA AGUIAR E CAIO SPECHOTO/ COLABOROU MARIANA CARNEIRO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, com vetos, a primeira lei que regulamenta a **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo, aprovada pelo Congresso em dezembro. O texto cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que, segundo estimativas do governo, pode ter uma alíquota-padrão de 28%, a maior do mundo, conforme ranking da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 2022, o último disponível.

O texto, sancionado em cerimônia no Palácio do Planalto, traz as principais regras de funcionamento do IVA, que será dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA de Estados e municípios. Eles vão substituir cinco **tributos** que hoje incidem sobre o consumo e estão embutidos nos preços dos produtos: IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS.

"A projeção dos dados que temos hoje apontam para alíquota (do IVA) de 28%.

Não quer dizer que será essa", disse o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, em entrevista para explicar os vetos à regulamentação da reforma.

Questionado sobre o teto da alíquota para o IVA estabelecido pelo Congresso no projeto, de 26,5%, Appy disse que essa questão só terá de ser revista em 2031, quando o governo terá de apresentar proposta para cortar benefícios fiscais para levar a alíquota para o limite aprovado pelo Legislativo.

A lei sancionada lista também os itens que vão compor a cesta básica nacional, que terá alíquota zero; os alvos do Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que vai incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente; as regras do cashback, a devolução de parte do imposto à baixa renda, e os produtos e serviços que contarão com alíquota reduzida, entre outros.

REFINARIA. O governo manteve o benefício à Refinaria da Amazônia (Ream), da distribuidora de combustíveis Atem - um dos pontos de maior entrave

na aprovação pelo Congresso.

Appy afirmou que a decisão de não vetar o dispositivo foi para evitar que o benefício ficasse mais amplo - ou seja, que mais empresas acessassem a vantagem da Zona Franca. De acordo com ele, a decisão foi técnica (mais informações na pág. B2).

Na fase final da regulamentação da **reforma tributária**, durante a tramitação no Senado, o relator Eduardo Braga (MDB), que é do Amazonas, inseriu o setor de refino entre os atendidos pelos incentivos tributários da Zona Franca de Manaus, beneficiando uma única empresa da região Norte.

A forma como o benefício foi redigido criou uma armadilha para Lula, uma vez que, como não é possível vetar apenas um trecho de um artigo, o entendimento do Ministério da Fazenda foi de que o veto poderia alargar a brecha para mais incentivos tributários.

O QUE FOI VETADO. Appy afirmou que os vetos do presidente Lula ao projeto mantêm a essência do que foi aprovado pelo Congresso. "Quinze blocos de vetos em um projeto de 544 artigos é muito pouco", disse.

Segundo Appy, a opção do Executivo foi respeitar as decisões do Legislativo.

Lula vetou um benefício adicional dado a empresas da Zona Franca. O texto original da Fazenda oferecia um crédito presumido de 6% a setores que tiveram o IPI reduzido a zero por decisão do governo. Como elas perderam a vantagem comparativa a empresas de outras regiões - que se dá em cima do IPI -, o crédito presumido foi oferecido como uma espécie de contrapartida.

O texto aprovado no Congresso estendeu esse crédito presumido a setores que hoje já têm IPI zero, ou seja, não dependem dele para ter vantagem sobre concorrentes. A Fazenda entendeu que conceder o benefício a esses setores seria extrapolar os benefícios existentes hoje na região - e, por isso, recomendou o veto a Lula.

O presidente também vetou um trecho que proibia a cobrança do Imposto Seletivo sobre exportações de bens minerais, além de outro que isentava fundos de

investimentos dos novos IBS e CBS.

PRÓXIMOS PASSOS. O governo ainda precisa aprovar o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que trata do Comitê Gestor do IBS, o IVA de Estados e municípios.

O projeto foi aprovado pela Câmara e agora está no Senado Federal. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que "o Senado está pronto para votar a outra regulamentação da tributária".

Além disso, o governo ainda irá enviar outros projetos ao Congresso, como o que define as alíquotas do "imposto do pecado".

Appy disse que o envio deste projeto "deve ocorrer nos próximos meses, mas não tem prazo ainda".

Questionado sobre o prazo para instalação do Comitê Gestor, Appy disse que é de quatro meses, mas que dependerá da eleição dos representantes dos municípios para compor o órgão.

"Como é um ponto crítico, a opção feita no Congresso, com nosso apoio, foi prever desde já a criação (do Comitê Gestor), temporariamente, em 2025, para que pudesse funcionar na operacionalização", disse, ressaltando que as regras ainda virão no segundo projeto de regulamentação da tributária.

TOM POLÍTICO. A cerimônia também teve um tom político.

O presidente Lula disse que "um milagre aconteceu" no Brasil para permitir a aprovação da **reforma tributária** neste seu mandato.

"Quando fui eleito (no terceiro mandato), ouvia que era impossível governar este País, no momento em que o Congresso tinha roubado o Orçamento do presidente e que a direita tinha eleito mais gente que a esquerda. Muita gente dizia que seria impossível governar e aprovar a **reforma tributária**, porque o governo era muito minoritário", afirmou, elogiando que o regime democrático permitiu o diálogo e debate sobre a proposta para que ela fosse aprovada depois de décadas.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elogiou Lula. "A eleição do presidente Lula, sua posse e sua priorização da **reforma tributária** foram decisivas para que hoje estivéssemos a exaurir essa grande jornada de décadas", disse o senador.

Representando o Congresso, Pacheco disse que a reforma foi possível "pela compreensão recíproca de Câmara e Senado" e porque "a sociedade entendeu

que o sistema atual não poderia mais vingar".

O senador, que está de saída da presidência do Senado, disse se orgulhar de ter sido seu "último ato (no cargo) nesta longa jornada da **reforma tributária** entregar à sanção do presidente Lula".

"A projeção que temos hoje aponta para alíquota (do IVA) de 28%. Não quer dizer que será essa"

Bernard Appy

Secretário da **reforma tributária** "Um milagre aconteceu"

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IVA NO MUNDO

Alíquotas nos países em 2022

EM PORCENTAGEM

BRASIL	28*
HUNGRIA	27
DINAMARCA	25
NORUEGA	25
SUÉCIA	25
FINLÂNDIA	24
GRÉCIA	24
ISLÂNDIA	24
IRLANDA	23
POLÔNIA	23
PORTUGAL	23
ITÁLIA	22
ESLOVÊNIA	22
BÉLGICA	21
REP. CHECA	21
LETÔNIA	21
LITUÂNIA	21
ESPANHA	21
HOLANDA	21
ÁUSTRIA	20
ESTÔNIA	20
FRANÇA	20
ESLOVÁQUIA	20
REINO UNIDO	20
CHILE	19
COLÔMBIA	19
ALEMANHA	19
TURQUIA	18
ISRAEL	17
LUXEMBURGO	17
MÉXICO	16
NOVA ZELÂNDIA	15
COSTA RICA	13
AUSTRÁLIA	10
JAPÃO	10
COREIA DO SUL	10
SUÍÇA	7,7
CANADÁ	5

*ESTIMATIVA DO SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
DA REFORMA TRIBUTÁRIA, BERNARD APPY

FONTE: OCDE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Calculadora do GLOBO mostra a mudança nos impostos

A sanção pelo presidente Lula do principal projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** marca uma mudança que virará o sistema atual de cabeça para baixo. Para mostrar como ficará a cobrança, O GLOBO montou uma ferramenta, disponível no site, que calcula a taxa total de diversos itens, da pasta de dente à bicicleta, do leite ao refrigerador. Os cálculos são da

consultoria MCS Markup.

A promessa da reforma é simplificar a cobrança de **tributos** para empresas e consumidores e tomar a tributação mais justa, sem aumentar o montante total cobrado em **impostos**. Mesmo assim, haverá um rearranjo, no qual alguns produtos e serviços pagarão mais -e, portanto, ficarão mais caros para o consumidor - e outros, menos - ou seja, ficarão mais baratos.

A **Reforma Tributária** prevê que alguns produtos terão isenção, como os inclui-

dos na cesta básica nacional. Outros terão redução de 60% ou 40% na alíquota-padrão. Já produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente pagarão uma alíquota adicional, o Imposto Seletivo (IS), cuja taxa ainda não foi definida - O GLOBO atualizará a calculadora quando houver a definição.

Em geral, a taxa total sobre os alimentos não mudará muito, porque boa parte dos produtos da cesta básica já é isenta atualmente. Pela nova regra, os

produtos da cesta básica, como café, arroz, sal, carnes, diversos tipos de peixes e de queijos, serão isentos da tributação. Há ainda

EDITORIA DE ARTE

um grupo de alimentos sobre os quais o imposto vai incidir, mas com uma redução de 60% sobre a alíquota cheia, como é o

caso de amido de milho, sucos naturais de fruta, entre outros.

Mesmo assim, alguns itens ficarão mais caros. É o caso do biscoito de maisena e da maionese. Segundo a calculadora do GLOBO, o biscoito doce paga hoje

16,25% na soma de todos os **tributos** e deverá passar a pagar 26,5%. Já a maionese paga 21,25% e passará para 26,5%.

No geral, especialistas ressaltam que os bens industriais, de consumo em geral, pagam muitos **tributos** no Brasil e, portanto, deverão experimentar quedas com o novo sistema. Os desodorantes, por exemplo, pagam hoje 35,5% no total e passarão a pagar 26,5%. A redução é maior ainda no caso de aparelhos de TV. Hoje, a tributação total é de 47,25% e, no novo sistema, cairá para 26,5%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após desgaste, governo deve apostar na Reforma do IR

Após o desgaste do governo provocado pelas notícias falsas sobre o Pix e a posterior revogação da norma que previa o repasse ao Fisco dos dados de transações de operadoras de cartão de crédito (carteiras digitais) e das fintechs, acima de R\$ 5 mil por mês para pessoas físicas, os esforços da equipe econômica e da base no Congresso devem se voltar para um novo desafio este ano: a Reforma do Imposto de Renda (IR).

Aliados de Lula dizem que a reforma precisa ter a atualização das faixas progressivas de cobrança e uma tributação maior de dividendos ou grandes fortunas, e principalmente o cumprimento da promessa do presidente de isentar do IR quem ganha até R\$ 5 mil. Os petistas avaliam que a proposta seria uma forma de o governo retomar a ofensiva nas redes, com protagonismo da narrativa, após o desgaste com o Pix.

As mudanças na tributação sobre renda e patrimônio exigirão força política do Planai-

to e da Fazenda, já que a proposta deve sofrer resistências entre os parlamentares se não houver uma redução de **tributos** para as empresas. O ministro Fernando Haddad disse esta semana que é importante aprovar a reforma este ano e que vai esperar a eleição das Mesas da Câmara e do Senado para avançar na proposta.

IMPOSTO MÍNIMO

Além de isentar quem ganha até R\$ 5 mil mensais, o governo quer criar um imposto mínimo para quem ganha

acima de R\$ 50 mil -a taxa sobe gradualmente até ser de 10% para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão de todas as fontes. A proposta chegou a ser anunciada de forma atabalhoada em meio ao pacote de corte de gastos. A Reforma do IR será enviada separadamente ao Congresso, no início da próxima legislatura. Deputados e senadores já preveem dificuldades.

-Isenções contam sempre com larga maioria. Mas teremos resistência no aumento da taxa para rendas mais

altas -disse o senador Ales-sandro Vieira (MDB-SE)

O líder da maioria no Congresso e relator da emenda constitucional da **Reforma Tributária** sobre o consumo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fala na necessidade de modificar a progressão da tabela e incluir os patrimônios nos novos cálculos: - A reforma tem que ter uma estrutura de modernização de cobrança do IR progressiva. Isso tem que ser tratado com patrimônio. Tem que ter equilíbrio para o investidor não fugir com o capital daqui.

Para a advogada tributarista e professora do Insper Thais Veiga Shingai, a atualização das faixas médias de renda em uma nova reforma é essencial para o equilíbrio da tributação:

-Entendo que a ampliação da faixa de isenção e a previsão de alíquotas maiores para as altas rendas pode ser uma forma de garantir uma tributação mais justa da renda no Brasil. Contudo, simplesmente ajustar a menor e a maior faixas de renda pode não ser suficiente para garantir a justiça e a eficiência do sistema tributário.

Thais avalia que uma reforma completa de renda seria o melhor caminho para evitar escapes do pagamento de **impostos**, principalmente entre os mais ricos.

A opinião é compartilhada pelo senador Eduardo

Braga (MDB-AM), relator da **Reforma Tributária** do consumo, que defende uma reforma abrangente que inclua a desoneração de CNPJs, para compensar a cobrança sobre dividendos: -Quando você pega pesado na tributação da pessoa jurídica, quando o lucro é distribuído, ele já está tributado. Então, você tem que aliviar a carga em cima da pessoa jurídica para poder tributar o lucro e o dividendo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PL planejou ação política usando a polêmica do PIX para desgastar governo Lula

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, planejou uma ação política nas redes sociais usando a polêmica do PIX para desgastar o governo Lula.

O vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que explorou politicamente a medida do governo que determinava o monitoramento de transações com PIX a partir de R\$ 5 mil, fez parte dessa estratégia montada pela cúpula do partido com o marqueteiro Duda Lima.

Duda passou a dirigentes da cúpula do PL um roteiro para criticar a decisão do governo.

Foi dele, por exemplo, a ideia de enquadrar a medida como algo que poderia levar a uma tributação futura e atingir empreendedores individuais e trabalhadores informais - um segmento do eleitorado que votou em Bolsonaro.

A informação foi publicada pelo "O Globo" e obtida também pelo blog.

Depois do recuo do governo, que revogou a instrução normativa da **Receita Federal**, o Nikolas fez novo vídeo destacando que a denúncia deles deu certo e fez o governo Lula recuar.

Por sinal, dentro do governo, uma ala criticou a decisão de revogar a instrução normativa da Receita sobre o monitoramento, argumentando que passou a ideia de que o órgão estava errado, quando estava certo.

Assessores presidenciais chegaram a defender que o governo apenas editasse a medida provisória garantindo que o PIX jamais será tributado - e reafirmasse que o foco da Receita eram os sonegadores.

O ato da Receita, por sinal, elevava o valor a ser monitorado - passando de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil - e incluía os bancos digitais e instituições de pagamentos na lista dos que são obrigados a enviar as informações para o Ministério da Fazenda.

Na quinta-feira (16), durante a cerimônia de sanção do projeto que regulamenta a **reforma tributária** do consumo, o presidente Lula evitou citar, no seu discurso de improviso, a polêmica do PIX.

Afirmou apenas que o governo não pode ter medo de enfrentar fake news.

O episódio gerou forte desgaste ao governo, que foi obrigado a revogar a decisão da Receita e a editar uma medida provisória para garantir que o PIX não será tributado no país.

Nós não temos que ter medo de enfrentar a mentira. Não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de políticos que, na verdade, tentaram dar um golpe neste país dia 8 de janeiro de 2022, afirmou o petista durante a cerimônia.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também não citou diretamente a polêmica do PIX, mas condenou os que divulgam desinformação, enquanto outros trabalham pelo país - um recado na direção do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), seu adversário em Minas Gerais e que publicou vídeos com cerca de 290 milhões de visualizações criticando o governo.

Pacheco, aliás, foi muito aplaudido em diversos momentos. Como na fala abaixo:

"Enquanto há muitas pessoas fazendo o discurso e tendo engajamento a partir da premissa falsa da desinformação e da inverdade, há pessoas trabalhando para que esse país possa superar as suas dificuldades com a solução da dívida dos estados, com a sanção do Propag e com um projeto como da **reforma tributária**. Portanto, há uma frase meio clichê, presidente Gleisi Hoffman, mas que ela calha muito nesse momento. Nada resiste ao trabalho e aqueles que trabalham vencerão aqueles que não trabalham e enganam a população brasileira".

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2025/01/17/pl-planejou-acao-politica-usando-a-polemica-do-pix-para-desgastar-governo-lula.ghtml>

O que são nanoempreendedores? Lei da reforma tributária cria nova categoria de trabalhadores

Por Rafaela Zem, g1

A **reforma tributária** criou uma nova categoria de empreendimentos que será isenta da cobrança dos novos **impostos**: os nanoempreendedores.

Esse grupo será formado por pessoas físicas que operam em pequena escala e possuem uma receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil.

Trabalhadores informais, como vendedores, ambulantes, jardineiros, cozinheiros, artesãos e agricultores familiares, são alguns dos exemplos que se enquadram nessa categoria.

Se sancionado da forma como está pelo presidente Lula, os nanoempreendedores não pagarão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

A ideia é garantir que pequenos empreendedores não sejam sobrecarregados com **impostos** que não conseguem pagar, evitando que continuem na informalidade.

Um passo importante para quem trabalha por conta está previsto no projeto de regulamentação da **reforma tributária**, sancionada nesta quinta-feira (16). Foi criada uma nova categoria de empreendimentos que será isenta da cobrança dos novos **impostos**: os nanoempreendedores.

Esse grupo será formado por pessoas físicas que operam em pequena escala e possuem uma receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil (metade do limite dos MEIs, os microempreendedores individuais).

????? Trabalhadores informais, como vendedores, ambulantes, jardineiros, cozinheiros, artesãos e agricultores familiares, são alguns dos exemplos que se enquadram nessa categoria. Profissionais autônomos em setores informais, como mototaxistas, também podem ser incluídos.

LEIA MAIS

Lula sanciona com vetos primeira lei que regulamenta a reforma tributária Cesta básica, cashback, imposto do

pecado: o que muda com nova lei

Os nanoempreendedores não pagarão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual criado pela **reforma tributária**, que entra no lugar do ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI.

A ideia é garantir que pequenos empreendedores não sejam sobrecarregados com **impostos** que não conseguem pagar, evitando que continuem na informalidade, explica o advogado tributarista Carlos Schenato.

A isenção, porém, não significa que esses negócios não pagarão nenhum imposto a partir de 2026, quando a reforma começa a entrar em vigor. Outros **tributos**, como contribuições previdenciárias e **impostos** sobre a propriedade, ainda podem ser cobrados.

?? Os Microempreendedores Individuais (MEIs) não se enquadram nessa nova categoria, pois o limite de receita bruta anual para MEIs é maior, até R\$ 81 mil, apesar de estarem no regime do Simples Nacional, que também unifica **impostos**.

Profissões vedadas de aderir ao regime do MEI, como advogados, arquitetos, contadores, dentistas, engenheiros, jornalistas, publicitários, médicos, psicólogos, entre outras, também não poderão se caracterizar como nanoempreendedores, pontua Luis Claudio Yukio, especialistas em direito tributário.

A situação é diferente com motoristas e entregadores de aplicativos, que poderão integrar a categoria, mas sob um regime especial. Devido aos elevados custos operacionais dessas atividades, apenas 25% do faturamento bruto será considerado como receita para fins de enquadramento.

Assim, para se qualificar, esses profissionais poderão ter um faturamento anual de até R\$ 162 mil, desde que os 25% correspondam a R\$ 40,5 mil ou menos.

Atualmente, os motoristas e entregadores enfrentam dificuldades com **impostos**, pois as regras não se adaptam bem às suas atividades, ressalta o advogado Leonardo Roesler.

Eles podem se formalizar como MEI, pagando uma taxa fixa mensal que inclui contribuições para o **INSS** e taxas locais, garantindo benefícios como aposentadoria e auxílio-doença. No entanto, muitos ultrapassam o limite de faturamento anual e precisam mudar para regimes mais complexos e caros.

Regime simplificado

O regime dos nanoempreendedores promete ser mais simplificado, com menos burocracia e foco na autodeclaração. Não será exigida a emissão de notas fiscais em todas as transações, reduzindo custos administrativos, afirma Roesler.

Outra diferença é que o nanoempreendedor não precisa registrar uma personalidade jurídica, atuando como pessoa física. Em contraste, o MEI e outras modalidades, como Empresário Individual (EI), exigem a obtenção de um CNPJ.

?? E qual sistema o governo utilizará para qualificar empreendedores como nanoempreendedores?

O controle será realizado por meio de sistemas integrados de cadastramento e monitoramento do faturamento anual dos empreendedores, explica Schenato.

É provável que o governo utilize plataformas digitais específicas para essa categoria ou otimize o sistema já existente para o MEI (Microempreendedor Individual).

Os nanoempreendedores deverão comprovar o limite de receita através de declarações periódicas. Além disso, ferramentas de cruzamento de dados com instituições financeiras e sistemas de arrecadação fiscal poderão ser implementadas para prevenir fraudes , pontua.

A **Receita Federal** já tem sistemas como o e-Social e o Portal do Simples Nacional, que podem ser adaptados para incluir esses nanoempreendedores.

Pontos de atenção

Em resumo, a criação da categoria de nanoempreendedores visa inclusão econômica e alívio da carga tributária.

Para Roesler, isso pode reduzir a informalidade, aumentar o consumo e a atividade econômica local, e promover justiça fiscal ao isentar contribuintes com baixa capacidade econômica.

No entanto, a isenção pode gerar perdas fiscais e criar

o efeito trava , em que os empreendedores evitam expandir seus negócios para não perder os benefícios fiscais, alerta o advogado.

O sucesso dependerá de mecanismos eficientes de controle, tetos realistas de faturamento e incentivos graduais para evitar o efeito trava . Se bem implementada, a categoria pode gerar benefícios sociais e econômicos, contribuindo para um sistema tributário mais justo , completa o advogado.

Entenda mais sobre a **reforma tributária**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta quinta-feira (16) a primeira lei que regulamenta a **reforma tributária**.

O projeto sancionado detalha regras para a cobrança dos três novos **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**, promulgada em 2023. A alíquota dos novos **impostos** unificados sobre o consumo deve ser de cerca de 28%.

A regulamentação cria trilhas para a implementação do novo sistema de tributação, que será totalmente implantado até 2033, após uma transição gradual iniciada em 2026. No primeiro ano, não haverá cobrança dos novos **tributos**, apenas uma alíquota-teste.

Algumas das principais mudanças previstas na reforma são:

Unificar vários **impostos** sobre o consumo em dois principais: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Criar o Imposto Seletivo, também chamado de imposto do pecado , que incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas açucaradas, veículos automotores, bebidas alcoólicas e cigarros. Estabelecer alíquota zero para carnes, frangos e peixes e itens da cesta básica nacional. Tributar operações imobiliárias com CBS e IBS. Aluguéis abaixo de R\$ 240 mil anuais não serão tributados.

Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2025/01/17/o-que-sao-nanoempreendedores-lei-da-reforma-tributaria-cria-nova-categoria-de-trabalhadores.ghtml>

Após vetos de Lula, reforma tributária tem seu início de fato

Jéssica Sant'Ana, Caetano Tonet, Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nessa quinta-feira (16), com vetos, a principal lei (LC 214/2025) que regulamenta a **reforma tributária** do consumo, dando início, de fato, à implementação do novo sistema tributário brasileiro, que começará a entrar em vigor a partir de 2027. Dos 544 artigos do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, ele vetou 15, sendo alguns integralmente e outros parcialmente.

Em uma solenidade no Palácio do Planalto para marcar a sanção, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a **reforma tributária** será "o maior legado econômico" que Lula deixará à população brasileira. Já Lula disse ser um "milagre" a aprovação da reforma em um regime democrático.

"Não vai ser perceptível a mudança amanhã ou depois de amanhã, mas esse é o maior legado da economia que o senhor vai entregar à população brasileira. O senhor fez um feito corajoso, e esse feito será lembrado por décadas", disse Haddad a Lula.

O presidente da República, em seu discurso, destacou o papel do Congresso Nacional na aprovação do texto. "A gente deve isso ao Pacheco, ao Lira, ao Padilha, aos líderes na Câmara. Hoje é o dia de agradecimento aos deputados e senadores e aos relatores", disse Lula. "Num regime democrático, era humanamente impossível aprovar [uma **reforma tributária**]. Fazer o que nós fizemos num regime democrático, com imprensa livre, sindicato livre e com empresário falando o que quiser. Isso demonstra que a democracia é a melhor forma de governança que existe no planeta Terra", completou o presidente da República.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estava presente na cerimônia, além dos relatores da proposta, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e senador Eduardo Braga (MDB-AM). O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não compareceu devido à morte do seu pai nesta semana.

Pacheco disse que a **reforma tributária** foi viabilizada a partir da volta de Lula ao Palácio do Planalto. O presidente do Senado também destacou o trabalho do

Legislativo e disse que o Parlamento aprovou o "melhor texto possível" em busca de um sistema de tributação mais equilibrado. "Até nos piores momentos o Congresso Nacional nunca descreditou dessa reforma. O Congresso acreditou que o impossível poderia se tornar possível", disse Pacheco.

A nova legislação substitui, gradualmente, cinco **tributos** (PIS, Cofins, ICMS, ISS e parcialmente o IPI) pela Contribuição e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (CBS e IBS, respectivamente). Esses novos **tributos** começarão a entrar em vigor em 2027, com o período de transição indo até 2033, ano em que o novo sistema tributário estará rodando integralmente. Em 2027, também será criado o Imposto Seletivo, que incidirá sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A alíquota padrão da reforma ficará em torno de 28%, considerado o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, mas o número exato será divulgado na próxima semana pelo Ministério da Fazenda.

O principal projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** foi sancionado ontem por Lula, mas ainda está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei complementar 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS, o órgão que vai administrar o tributo que é de competência dos Estados e municípios. Já a CBS será de competência federal, assim como o Imposto Seletivo.

Em relação à nova lei sancionada ontem, Lula fez uma série de vetos. Entre eles, um trecho que isentava fundos de investimento, fundos de investimento imobiliário, fundos patrimoniais e os fundos do agronegócio (Fiagros) de pagar CBS e IBS. A Advocacia-Geral da União (AGU) avaliou que o trecho concedia um benefício fiscal aos fundos, o que não é previsto na emenda constitucional da reforma (EC 103). Com isso, esses fundos pagarão os novos **tributos** dentro das regras de regime especial para o setor bancário e financeiro.

Lula também vetou um trecho que isentava de Imposto Seletivo bens minerais extraídos para exportação. A emenda constitucional da reforma define que não há incidência de Seletivo sobre bens e serviços exportados, à exceção da extração de bens minerais, mas a redação da regulamentação deixou margem

para interpretação contrária. Por isso, o veto garante que, no caso das exportações, o Seletivo incidirá somente sobre minérios extraídos.

Há, ainda, um veto a trechos que incluíam na alíquota reduzida de 60% da CBS e do IBS serviços de sistemas de segurança, seguro para dispositivos com dados pessoais furtados ou roubados e serviço de ressarcimento de transações bancárias motivadas por furto, roubo ou sequestro.

Lula vetou também um trecho que previa uma espécie de "mecanismo de solidariedade" entre as partes envolvidas em uma transação de e-commerce. O texto aprovado no Congresso estabelecia que, quando o comprador paga os **impostos** (IBS e CBS) sobre uma operação, ele se torna solidariamente responsável pelo valor desses **tributos**. Na prática, isso significava que, caso o fornecedor não arcasse com a contribuição após receber o pagamento, o adquirente poderia ser responsabilizado por essa obrigação tributária.

Por fim, há vetos que tratam da apropriação de créditos dos contribuintes instalados na Zona Franca de Manaus (ZFM) ou em Áreas de Livre Comércio (ACL).

Esses foram os principais vetos do ponto de vista de mérito. Em entrevista coletiva, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que os demais vetos tratam apenas de questões técnicas. Ele também destacou que é um universo de apenas "15 conjuntos de vetos" dentro de 544 artigos do projeto de lei complementar. "A opção do Poder Executivo foi a de respeitar a decisão do Legislativo. O texto que foi aprovado pelo Congresso Nacional está mantido em sua essência", disse.

Lula, contudo, decidiu não vetar o benefício fiscal concedido à Refinaria da Amazônia da distribuidora de combustíveis Atem, instalada na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Esse era um dos principais imbróglios envolvendo o texto. A conclusão do governo é que o veto era inviável do ponto de vista técnico, porque estenderia os benefícios da ZFM a combustíveis, lubrificantes e derivados de petróleo.

Dessa forma, os incentivos da Zona Franca valerão apenas para indústrias de refino instaladas na região. A Atem é a única refinaria em Manaus, por isso a única beneficiária. O tema, contudo, deve acabar sendo judicializado pelas demais empresas do setor.

A própria Advocacia Geral da União (AGU) estuda

entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando esse benefício fiscal, que não está previsto na Constituição Federal.

Autor da emenda sobre o benefício à refinaria da Atem, o senador Omar Aziz (PSD-AM) criticou ao Valor a hipótese de judicialização do benefício. "A AGU age errado fazendo isso, porque, se é uma decisão tomada pelo Congresso, tem que respeitar", afirmou. "O mundo quer que a gente preserve a Amazônia e isso tem um custo. A única refinaria da Amazônia Ocidental é em Manaus. Não é o petróleo que está sendo beneficiado e, sim, o refino."

"Congresso acreditou que o impossível poderia se tornar possível" Rodrigo Pacheco

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1>

Davos vê maiores riscos no aquecimento global e fake news (Editorial)

O mundo nunca esteve tão dividido depois da Guerra Fria quanto agora, e as perspectivas para a ordem global são sombrias tanto no curto quanto no longo prazo, apontam os relatórios que servem de base para a reunião da elite empresarial e financeira do Fórum Econômico Mundial em Davos. Os riscos mais severos nos próximos meses e anos não são econômicos, embora tenham profunda repercussão na economia: desinformação e informação enganosa nublam um ambiente marcado por polarização e confronto social. A longo prazo, eventos climáticos extremos são o principal foco de preocupação, com seu cortejo negativo de perda da biodiversidade e graves distúrbios nos sistemas ecológicos.

A volta de Donald Trump à Casa Branca é um divisor de águas - a maioria dos economistas, políticos, empresários e acadêmicos consultados acredita que sua gestão terá consequências políticas e econômicas duradouras.

A ameaça de conflitos armados patrocinados por Estados, como a invasão da Ucrânia pela Rússia, ocupa a primeira posição das ameaças globais gerais identificadas pelo relatório de riscos globais. "Em um mundo que viu o número de conflitos armados se intensificar na última década, a segurança nacional começa a dominar as agendas políticas", aponta o relatório. O vácuo criado com o enfraquecimento dos órgãos internacionais para garantir a estabilidade política levará os governos a priorizar a segurança - e coordenar esta prioridade e a de defesa com um seleto grupo de aliados ou com a tomada de decisões militares unilaterais. Como consequência, e não apenas por motivos de segurança, "o multilateralismo parece estar enfrentando o seu mais difícil período desde a fundação das Nações Unidas, em 1945", conclui.

A iminência de guerras se relaciona com outra forte inquietação, a dos confrontos geopolíticos que, pelos relatórios, se acirrarão, com a disputa mais entre Estados Unidos e China, que deve se intensificar. Há dúvida, no entanto, se o conflito extrapolará para uma guerra comercial de todos contra todos. O ator principal neste campo é o novo presidente americano, Donald Trump.

A maioria dos economistas consultados prevê que a economia global se enfraquecerá este ano, pelas

mudanças que a nova administração dos EUA executará, bem como se ampliará a fragmentação da ordem econômica, que já vem desde o primeiro mandato de Trump.

O relatório adverte que uma escalada global do protecionismo tarifário deve levar ao declínio do comércio global a longo prazo. A ruptura do comércio entre EUA e China terá repercussões em todas as esferas da vida social. Seu aprofundamento adicionará ainda incertezas nas perspectivas da economia global, diante da fraqueza econômica da Europa e da perda de vigor da economia chinesa.

Como resultado, os próximos anos não serão nada tranquilos. Apenas 11% preveem alguma estabilidade a curto prazo, ante 31% que esperam tempos turbulentos ou tempestuosos. Em dez anos, mais da metade dos entrevistados vê fortes instabilidades ou algo pior.

No capítulo sobre as possíveis consequências das mais prováveis políticas de Trump, há surpreendente consenso. Dos entrevistados, 97% acreditam que o endividamento público americano vai aumentar. A mesma coisa acontecerá com a **inflação**, para 94%, enquanto 91% consideram que os **impostos** cairão nos EUA. Nos próximos três anos, pode haver impacto positivo no crescimento econômico dessas políticas, que se desvanecerá rapidamente. No longo prazo, mais de 50% dos economistas ouvidos acreditam que os efeitos serão negativos. O impacto global das decisões de Trump deve ser muito ruim para o crescimento tanto no curto (opinião de 68%) como no médio (80%) e longo prazos (65%).

A fragmentação impulsionada pelos EUA aumentará, como já vem fazendo, o uso de políticas industriais protecionistas, com mais custos para empresas e consumidores; diminuirá as chances de ação coletiva contra o aquecimento global e elevará os riscos de conflito. Três quartos dos economistas esperam que as multinacionais executem reestruturações potencialmente caras de cadeias produtivas, regionalizando operações, ou concentrem atuação em mercados chave ou abandonem os mercados de maior risco.

As expectativas sombrias de menor crescimento global, **inflação** mais alta e fragmentação encontram a

economia brasileira em um momento de fragilidade. Os riscos de uma avalanche de informações falsas ou desinformação podem enfraquecer politicamente o governo Lula, já minoritário no Congresso - a polêmica do Pix foi uma amostra dos estragos que provoca. Na área econômica, não há como se defender sem rearmar o escudo fiscal, com corte de gastos e obtenção de superávits primários. No caso das fake news, a Câmara deveria votar de vez o projeto que nela se encontra parado de responsabilização das redes sociais. Quanto à ameaça climática, o governo deveria encerrar as ambiguidades sobre uso de combustíveis fósseis e se engajar em uma agenda clara e detalhada de combate ao aquecimento global.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1
&searching=true§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1)**

Prévia do PIB varia 0,1%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado a prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, registrou uma pequena variação positiva de 0,1% na comparação com o mês anterior.

O desempenho veio acima do esperado por boa parte dos analistas de mercado, que previam queda de 0,1% no índice.

De acordo com os dados divulgados, ontem, pelo Banco Central (BC), o indicador cresceu 0,9% no trimestre móvel até novembro. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, por sua vez, o índice apresentou alta de 4,1%, enquanto, no acumulado em 12 meses até novembro, passou a um crescimento de 3,6%.

Para Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio, o crescimento acima do esperado do IBC- Br reflete um leve aquecimento em setores como serviços e comércio, demonstrando resiliência da atividade econômica em meio à retomada do aumento da taxa básica da economia (Selic) desde setembro. No entanto, o dado também sinaliza um desafio, que é a necessidade de equilibrar o estímulo à economia com o controle inflacionário.

"Com a próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) no radar, o resultado pode reforçar a percepção de que o Banco Central terá cautela em flexibilizar a política monetária, mantendo o foco no combate à **inflação** e na sustentabilidade do crescimento econômico", avalia.

A projeção atual do BC para o crescimento da economia brasileira em 2024 é de crescimento de 3,5%, conforme o mais recente Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), divulgado em dezembro. A projeção mais recente do Ministério da Fazenda, divulgada em novembro, prevê alta de 3,3%.

Desempenho O economista da XP Investimentos, Rodolfo Margato, reforça o viés altista para o desempenho do **PIB** de 2024. "Com os dados fortes da atividade econômica em outubro, talvez o **PIB** cresça um pouco acima de 3,5% este ano", projeta. "Conforme temos enfatizado, ao menos por ora, não há sinais de desaceleração ou esfriamento da atividade doméstica. Os últimos dados mostraram o mercado de trabalho aquecido, com a taxa de desemprego nos menores níveis desde 2012 e aumento real dos salários", ressalta.

Margato observa ainda a expansão do crédito e os dados de consumo de bens e de serviços ainda bastante sólidos, vide as vendas do comércio varejista e as receitas do setor de serviços referentes a outubro, como divulgado nesta semana. "Em resumo, o IBC- Br fecha esse conjunto de dados de outubro e aponta para firme desempenho da atividade doméstica do **PIB** no último trimestre deste ano. Há um viés positivo para as projeções de atividade econômica no curto prazo", diz.

O IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador do BC permite o acompanhamento mensal da evolução da atividade econômica, ao passo que o **PIB** de frequência trimestral descreve um quadro mais abrangente da economia.

Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital, afirma que o desempenho do IBC-Br suporta o ritmo econômico robusto que foi observado ao longo de 2024, movimento que não deve se repetir. "O aumento das taxas de juros no final de 2024 e a expectativa de novos aumentos em 2025, devem colocar pressões significativas no índice e é pouquíssimo provável que tenhamos uma repetição do crescimento de 2024 neste ano devido à política monetária contracionista e seus impactos na economia como um todo", afirma.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6879/17-01-2025.html?all=1>

O problema da economia superaquecida (Editorial)

A economia brasileira cresce a um ritmo acima de sua capacidade há sete trimestres consecutivos. O hiato positivo do produto - indicador do quanto a economia está crescendo acima de sua capacidade, o que é potencialmente inflacionário - começou com 0,7% no primeiro trimestre de 2023 e foi aumentando gradativamente até chegar a 4% no terceiro trimestre de 2024, no maior descompasso entre demanda e oferta dos últimos 30 anos, como ressaltou Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre, da Fundação Getulio Vargas (FGV), ao Estadão.

Um estudo realizado por Considera em parceria com a pesquisadora Elisa Andrade mostra que, antes do ciclo recessivo de 2014 a 2016, o potencial da economia e o seu crescimento efetivo avançavam de forma equilibrada; depois da recessão, até 2023, passaram a rodar de forma desigual, mas com taxas ainda próximas; a partir daí, a desproporção aumentou. O levantamento apenas apresenta os dados, sem tecer comentários sobre as causas, mas por óbvio não é mera coincidência a reversão ter ocorrido a partir da política de incremento de gastos públicos adotada pelo governo Lula da Silva.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista recente à Globo- News, admitiu pela primeira vez que a economia está operando acima de seu potencial. Começou celebrando o fato de o País ter crescido "7% em dois anos", mas acabou por reconhecer que o déficit em transações correntes em 2024 - estimado em US\$ 54 bilhões pelo Banco Central (BC) - indica que o crescimento deva "ser calibrado". O ministro chegou a fazer uma analogia entre conduzir o crescimento econômico e dirigir um carro de Fórmula 1: "Acelerar é sempre bom? Depende". Ou seja, se acelerar demais, pode escapar na curva e bater no muro.

Ainda que tardio, é um sinal de alinhamento da Fazenda com os argumentos usados pelo Banco Central para justificar a política monetária contracionista que tenta evitar os efeitos inflacionários de uma economia sobreaquecida.

Diante do esforço da equipe econômica para recobrar a credibilidade perdida depois do pacote que frustrou expectativas de contenção de gastos, não há como garantir que essa seja uma convicção real ou apenas

retórica, mas, ao menos, é um começo.

A demanda acima da oferta que passou a condicionar a economia depois de nove anos de hiato negativo, como revela o levantamento da FGV, causa enorme pressão sobre os preços. A economia apresenta sinais trocados: a produtividade do capital, em queda em 2014, apenas havia começado a se recuperar quando despencou na pandemia e permanece estagnada; a produtividade do trabalho também não se recuperou do baque do período de pandemia.

A despeito disso, o consumo aumenta.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, e o Banco Central também apontam superaquecimento econômico desde 2023. O governo começou a enxergar o fenômeno a partir do segundo trimestre de 2024, baseado em estudo atualizado com a consultoria do pesquisador Bráulio Borges, também da FGV. Ele calcula que em 2023 ainda havia algum excesso de ociosidade na produção. De qualquer forma, há um consenso de que a economia brasileira está, de fato, rodando acima de sua capacidade, e a política fiscal contribui para jogar lenha na fogueira.

Haddad afirmou, na entrevista à GloboNews, que o País "se desacostumou com disciplina nas contas públicas".

Não é uma constatação para ser aceita passivamente. A **inflação** ameaça a estabilidade porque há déficit de oferta para um consumo que cresce muito acima da produção. E o consumo cresce porque a política do governo é de estímulo, com o forte apelo dos programas de transferência e incentivo ao crédito.

Não à toa o hiato positivo do produto é o argumento mais usado pelo Banco Central para justificar o aperto monetário para tentar segurar a **inflação**.

Quando, em setembro do ano passado, os juros voltaram a subir, o **comunicado** do BC destacou que o conjunto dos indicadores econômicos mostra "dinamismo maior do que o esperado, o que levou a uma reavaliação do hiato para o campo positivo". A calibragem seria mais fácil se partisse do governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economias em desenvolvimento têm anos difíceis pela frente

Pedro Borg De São Paulo

A perspectiva para as economias em desenvolvimento é a mais fraca em 25 anos, com um crescimento mundial muito lento para melhorar os padrões de vida e um clima de alta incerteza política restringindo investimentos de países avançados em países mais pobres, apontou o Banco Mundial.

Em seu mais recente relatório "Perspectivas Econômicas Globais", divulgado ontem, o Banco Mundial alertou que as economias em desenvolvimento enfrentarão anos mais difíceis pela frente, em meio à estagnação de reformas estruturais, medidas protecionistas, fragmentação geopolítica, altos níveis de endividamento, mudanças demográficas e crescentes custos das mudanças climáticas.

O Banco Mundial aponta que a economia global deve manter um crescimento estável, de 2,7% em 2024 e 2025, apesar das guerras, políticas comerciais protecionistas e das altas taxas de juros. Só que esse crescimento não é rápido o suficiente para trazer alívio aos mais pobres do mundo.

O relatório aponta que o ritmo de crescimento da economia global permanecerá 0,4 ponto percentual abaixo da média de 2010-19. "Isso reflete tanto os efeitos prolongados dos choques adversos dos últimos anos quanto um declínio estrutural nos principais motores do crescimento. Em particular, é esperado que o comércio e o investimento cresçam a um ritmo mais lento em relação às médias de 2010-19 em muitas economias avançadas e em desenvolvimento", afirma a entidade.

A deterioração nas perspectivas econômicas também é observada na taxa de crescimento potencial. Segundo o Banco Mundial, o crescimento potencial global caiu cerca de um terço desde os anos 2000.

Para as economias em desenvolvimento, a entidade prevê crescimento de 4,1% para 2024 e 2025. "Os próximos 25 anos serão mais difíceis para as economias em desenvolvimento que os últimos 25", disse Indermit Gill, economista-chefe do Banco Mundial, com a expectativa de poucas nações passarem da condição de baixa renda para a de renda média.

"Em sua maioria, as forças que, no passado, promoveram a ascensão dessas economias dissiparam-se. Em seu lugar, surgiram situações adversas alarmantes: altos níveis de dívida, baixo crescimento do investimento e da produtividade e aumento dos custos relacionados às mudanças climáticas. Nos próximos anos, as economias em desenvolvimento precisarão de novas estratégias que foquem reformas internas para acelerar o investimento privado, aprofundar as relações comerciais e promover o uso mais eficiente de seu capital, talento e energia", acrescentou ele.

Segundo o Banco Mundial, o progresso dos países em desenvolvimento em implementar reformas estruturais estagnou e globalmente medidas protecionistas aumentaram, colocando em dúvida a retomada do alto crescimento.

"Uma abordagem política bem-sucedida para acelerar o crescimento e o desenvolvimento deve focar no aumento de investimentos e produtividade", disse o Banco Mundial sobre os desafios para as economias em desenvolvimento.

O relatório também mostrou que no cenário atual, as economias em desenvolvimento são mais importantes para a economia global que no início do século, responsáveis por cerca de 45% do PIB global (no ano 2000, representavam 25%). A interdependência entre essas economias também cresceu, com mais de 40% das exportações de bens indo para outras economias em desenvolvimento, o dobro do que ocorria em 2000.

Diante desse quadro, um aumento de um ponto percentual no crescimento do PIB das três maiores economias em desenvolvimento - China, Índia e Brasil - tende a resultar num aumento acumulado do PIB de quase 2% em outras economias em desenvolvimento após três anos. Esses efeitos, no entanto, equivalem a apenas cerca de metade da influência no crescimento das três maiores economias avançadas: Estados Unidos, zona do euro e Japão. "O bem-estar das economias em desenvolvimento, em suma, ainda está fortemente vinculado ao crescimento das três grandes economias avançadas", afirmou a entidade no relatório.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188092?page=1
&searching=true§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1)**

Previsões para o PIB global

Variação anual, em %

	2024*	2025**
Mundo	2,7	2,7
Economias desenvolvidas	1,7	1,7
EUA	2,8	2,3
Zona do euro	0,7	1
Japão	0	1,2
Economias emergentes	4,1	4,1
Argentina	-2,8	5
Brasil	3,2	2,2
China	4,9	4,5
Índia	6,5	6,7
México	1,7	1,5
Rússia	3,4	1,6

Fonte: Banco Mundial *Estimativa **Projeção

Crescimento do Brasil deve desacelerar para 2,2%

Pedro Borg De São Paulo

A economia do Brasil deverá desacelerar seu ritmo de crescimento de 3,2% em 2024 para 2,2% em 2025, como resultado de uma política monetária ainda restritiva, diante de uma **inflação** que deve permanecer perto ao limite superior da meta do Banco Central em 2025, segundo aponta o Banco Mundial.

A entidade afirma que os motores do crescimento brasileiro continuarão a ser o consumo privado e o mercado de trabalho robusto, mas que a política fiscal deverá ter espaço limitado para aquecer a atividade econômica, "já que o governo busca lidar com questões urgentes de sustentabilidade fiscal", segundo o relatório Perspectivas Econômicas Globais, divulgado hoje pelo Banco Mundial.

Há ainda o temor de que a instabilidade fiscal, **inflação** persistente, políticas monetárias mais rígidas e as mudanças climáticas, especialmente as secas induzidas pelo fenômeno La Nina, representam uma ameaça ao crescimento do Brasil. No setor externo, o baixo crescimento da China preocupa devido ao impacto disso na demanda por commodities.

Para a América Latina e Caribe, o Banco Mundial prevê crescimento baixo, com perspectiva de alta de 2,2% em 2024 e 2,5% em 2025, que representa uma redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao relatório de junho. A queda foi motivada pela queda no consumo.

"A expectativa é que a América Latina e Caribe se recuperem em 2025 e 2026, com queda na **inflação** e políticas monetárias acomodáticas. Fatores nacionais e internacionais também irão influenciar, como os preços das commodities e a alta da demanda global", diz o relatório. (PB)

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1
&searching=true§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188092?page=1&searching=true§ion=1)